

AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU*, referente ao EDITAL Nº 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontinuos@dirbi.ufu.br.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA**

***MULHER, MULHERES:
ESTUDOS E CONCEITOS NA REVISTA ESPAÇO
FEMININO – 1994/2002.***

**REGINALDO MARTINS DE MINAS
Uberlândia
2003.**

REGINALDO MARTINS DE MINAS

***MULHER, MULHERES:
ESTUDOS E CONCEITOS NA REVISTA ESPAÇO FEMININO –
1994/2002.***

Monografia apresentada ao programa de Graduação em História (Bacharelado e Licenciatura) na Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do título de graduado em História.

Orientadora: Professora Doutora Vera Lúcia Puga de Souza.

**UBERLÂNDIA - MG
2003**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA**

Reginaldo Martins de Minas

***MULHER, MULHERES: ESTUDOS E CONCEITOS NA REVISTA
ESPAÇO FEMININO – 1994/2002.***

**Monografia defendida e aprovada em 27 de fevereiro de 2003
para obtenção do título de Graduado em História.**

Banca Examinadora:

Prof^ª. Dra. Vera Lúcia Puga de Souza.

Prof^ª. Dra. Jane de Fátima Silva Rodrigues.

Prof^ª. Ms. Dulcina Tereza Bonati Borges.

DEDICATÓRIA

Dedico esta monografia à
minha filha ***Keyth Lorranny***, a
melhor parte do meu ser, para que
lhe sirva de exemplo e incentivo.

AGRADECIMENTOS

A *Deus* pela força que me concede no desenvolvimento das atividades cotidianas.

Agradeço às Professoras *Jane de F. S. Rodrigues* e *Dulcina T. B. Borges*, pela leitura e sugestões dirigidas ao meu trabalho.

À Professora *Vera Puga*, agradeço pela orientação e principalmente pelo incentivo, acreditando que seria possível a realização deste trabalho.

Ao *João Batista*, Secretário da Coordenação dos Cursos de História, devo a constante presteza com a qual me atendeu, colocando-se sempre a disposição para ajudar quando solicitado.

Aos *colegas* de curso que fizeram parte da minha história. Dentre tantos, alguns amigos como *Ana Vitória*, que sempre será lembrada como alguém que participou de forma significativa na escalada da minha vida. À *Ruth* e à *Ivonilda* agradeço a ajuda na coleta de material e a disposição de discutir comigo o tema e ouvir os lamentos pela “gestação” complicada.

Agradeço a *Kalinka Martins* o indispensável companheirismo, elixir que renova, a cada dia, as minhas forças.

SUMÁRIO

1 – APRESENTAÇÃO.....	7
 2 – CAPÍTULO I: <i>EVOLUÇÃO DOS CONCEITOS PASSANDO DA HISTÓRIA DAS MULHERES À</i> <i>GÊNERO.....</i>	 11
 3 – CAPÍTULO II: <i>GÊNERO E SEXUALIDADE: A Construção dos “Modelos” de Feminilidade e</i> <i>Masculinidade Na Revista Caderno Espaço Feminino.....</i>	 28
 4 – CAPÍTULO III: <i>ABALANDO PADRÕES SEXISTAS: Descortinando Outras Sensibilidades.....</i>	 39
 5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	 45
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	 51

1 – APRESENTAÇÃO:

O tema em questão: “*Mulher, mulheres: Estudos e conceitos na Revista Espaço Feminino – 1994/2002*”, tem por recorte cronológico a década de 90 do século XX até o ano de 2002.

A revista “*Espaço Feminino*”¹, é organizada pelo Núcleo de Estudos de Gênero e Pesquisa Sobre a Mulher (NEGUEM), ligado ao Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDHIS), do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, e coordenada pela Professora Doutora Vera Lúcia Puga de Souza. O objetivo deste trabalho é a análise das formas com que a(s) mulher(es) vem sendo trabalhada(s), procurando perceber através da análise dos artigos, as questões relativas a gênero e sexualidade atentos para a construção de modelos de feminilidade e, por extensão, de masculinidade, bem como as ações e ideologias que emergem da forma de conceber a constituição de corpos e sensibilidades.

O “*Caderno Espaço Feminino*” nos é apresentado como um veículo que possibilita responder a necessidade de abertura de novos espaços nas áreas do conhecimento, de forma a atuar como instrumento para o debate multidisciplinar acerca dos temas ligados a relações de gênero e a questão feminina, assuntos que vem ganhando voz a partir dos anos 70 do século XX. O Conselho Editorial entende que esse representa uma abertura para a discussão no sentido de rever e construir novos conceitos, considerando as questões em debate a partir de uma perspectiva histórico-cultural, através da qual é possível teorizar as diferenças, as relações de poder, etc.

Nosso estudo justifica-se pela atenção em nós suscitada a partir dos primeiros contatos com uma série de teorias elaboradas no interior dos centros acadêmicos, nas quais percebemos a inserção de mulheres nas transformações contemporâneas, atuando de forma a questionar e reelaborar os tradicionais padrões de comportamento pré-estabelecidos. Diante desses, entendemos ser relevante a iniciativa de estarmos confrontando estas teorias com estudos de casos mais específicos presentes na revista em análise, o que significa uma maior aproximação, ainda que de forma indireta (via artigos), do(s) sujeito(s) - mulher(es) - dos quais falam as teorias mais gerais,

¹ **Espaço Feminino.** Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de História. Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDHIS) NEGUEM. (Volumes de 1 ao 9, publicados entre 1994 à 2002).

relacionando essas a uma nova configuração social, econômica, política e cultural mundial.

A nossa pesquisa tem como eixo norteador as seguintes problematizações: os estudos apresentados no “*Caderno Espaço Feminino*” falam de (e para) a(s) nova(s) mulher(es), e para o público em geral, ao se tratar da sexualidade, em conformidade com as teorias feministas elaboradas a partir de uma análise mais global das (des)construções contemporâneas, ou seja, a(s) mulher(es) da virada do milênio presentes nos artigos da revista atuam (e são consideradas) como “sujeito do feminino”? Estão ou não ligadas a antigos e/ou novos valores repressivos?

Diante dessas indagações, as quais levamos aos documentos que propomos analisar, partimos da seguinte hipótese: considerando que novos signos estão sendo construídos, dentre eles o despertar do indivíduo, devemos estar preparados para falar de várias mulheres, cada uma com suas angústias e buscando a realização dos seus desejos, que podem ou não estar em sintonia com aquilo que delas esperam aquelas(es) que delas (e por elas) falam. É importante salientar, porém, que não estamos sugerindo que as produções que falam da trajetória do(s) feminino(s) e do(s) masculino(s) tenham sido “apanhadas” fora e/ou acima do nível das experiências. Entendemos que toda produção se dá a partir de um contexto histórico e cultural. O que nos move é a percepção de que as relações não se dão de forma contínua, linear, questão ainda mais evidente ao tomarmos vários sujeitos em construção como objeto de análise.

Para a elaboração desse trabalho, tomamos como metodologia a análise de produções disponibilizadas em livros, artigos via *internet* e outros, abordando o tema da mulher, envolvendo a questão da dominação, violência, preconceito etc, bem como as lutas pela igualdade de direitos e liberdade de escolha. Em contato com teorias, atentamos mais especificamente aos estudos direcionados à relação gênero/sexualidade e nas construções dos masculinos e femininos, presente no “*Caderno Espaço Feminino*” a partir de 1994, quando foi publicado o primeiro volume, até o ano de 2002.

Os artigos que compõem o *Caderno Espaço Feminino* trazem a assinatura de autores(as) diversos(as), sendo a grande maioria representada por professoras que exercem a profissão em Universidades de vários Estados brasileiros, principalmente São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Goiás. As fontes utilizadas vão desde biografias até processos crimes, passando por produções historiográficas, parâmetros curriculares, livros didáticos, produções artísticas e literárias, etc. Diante desse leque de discussões apresentadas, a questão de gênero e sexualidade, envolvendo violência e outras formas

de discriminação e dominação sexista tem sido, direta ou indiretamente, retomadas, inseridas na grande maioria dos debates propostos.

As inquietações que nos levaram à análise do tema em questão estão relacionadas à percepção de que na atualidade vivenciamos a desconstrução dos tradicionais atributos delegados à “condição feminina” - docilidade, passividade, insegurança, etc -, despertando no mundo real aquela que, até então, reduzia-se ao reflexo no espelho diante do qual esteve o homem. Com o desconfinamento do sexo, abalaram-se preconceitos, dificultando, por exemplo, estabelecer fronteiras entre a “mulher honesta” e a prostituta. Muitas abdicaram ao seu antigo reinado – “rainha do lar” – e tomaram para si a responsabilidade de construir e viver a independência; apresentam-se agressivas no mercado de trabalho, tomam iniciativas, levam para cama, dizem não... (RAGO., M. 2001)².

Diante disso, instiga-nos a percepção de como as(os) estudiosas(os) colaboradoras(es) da revista “*Caderno Espaço Feminino*” têm sistematizado uma série de novos signos em construção no mundo contemporâneo, dentre os quais inserem a mulher, a elaboração de sua sexualidade e das relações pautadas nas diferenças. A partir das últimas décadas do século XX, as produções neste campo sinalizam a ampliação das perspectivas de abordagens historiográficas, sendo introduzidos novos documentos a serem trabalhados. Ao lado das fontes documentais, novas perguntas foram lançadas às produções oficiais, a partir das quais se tornou possível trabalhar inquietações até então inexploradas.

Para um melhor entendimento das questões propostas, consideramos a pertinência de fazermos um levantamento historiográfico dos debates que diz respeito à mulher, dentre elas a questão de gênero, a sexualidade, etc. Este será o eixo norteador do nosso primeiro capítulo: “*Evolução dos Conceitos Passando da História das Mulheres à Gênero*”.

No segundo capítulo *GÊNERO E SEXUALIDADE: A Construção dos “Modelos” de Feminilidade e Masculinidade Na Revista Caderno Espaço Feminino*, procuramos mapear o percurso do debate acerca dos ideais da mulher ao longo da história, apanhando discussões acerca da feminilidade e das barreiras sustentadas no

² RAGO, M.; **Globalização e Imaginário Sexual, ou Denise está chamando**. Campinas, São Paulo: Unicamp. Disponível em <<http://lite.fae.unicamp.br/grupos/geish/margareth.html>>. Acesso em 09 nov. 2001.

peso de uma cultura carregada de ideologias machistas que justificam e promovem a violência, considerando os debates que norteiam o tema, presentes na referida revista.

No terceiro capítulo: *ABALANDO PADRÕES SEXISTAS: Descortinando Outras Sensibilidades*, procuramos mapear a emergência de novos signos e ações que vêm nortear questões relativas às mulheres e aos homens, seja na construção da sua sexualidade e/ou nas ações cotidianas, considerando os debates propostos nas coletâneas organizadas por um grupo de acadêmicos(as) e disponibilizados por uma instituição pública (Federal) localizada na cidade de Uberlândia, Minas Gerais.

CAPÍTULO I

EVOLUÇÃO DOS CONCEITOS PASSANDO DA HISTÓRIA DAS MULHERES À GÊNERO.

Analizamos no presente capítulo as teorias que têm como norte a discussão da condição feminina na contemporaneidade, retomando os princípios da história das mulheres até a elaboração do conceito de gênero. Discussões essas gestadas e reelaboradas num contexto de lutas contra o preconceito, a discriminação, a violência, os mecanismos de submissão que foram introjetados através de uma cultura patriarcal, machista, excludente. O despertar para tais questões se torna possível na atualidade, quando novos conceitos vêm dar sustentação ao enfrentamento de angústias até então sufocadas pela estagnação imposta pelos convenientes discursos voltados para os determinismos “naturais”, necessários para a manutenção de uma “relação normal” entre homens e mulheres, através da qual a “harmonia” do lar poderia ser mantida.

A partir do estudo realizado por Maria Izilda MATOS³, centrado no levantamento dos trabalhos voltados para o estudo de gênero e sobre as mulheres, presentes na historiografia, bem como a sua trajetória nas últimas décadas, é possível sistematizar os direcionamentos do debate, ou seja, o seu alargamento e conseqüente complexidade, uma vez que novos sujeitos (os femininos e os masculinos) emergem do interior da tradicional e cômoda matriz (a mulher e o homem) e com eles a (des)construção de uma série de paradigmas que outrora acomodavam alguns questionamentos e interditavam a maioria dos conflitos, dentre eles aqueles relativos à sexualidade e a violência explícita ou simbólica presente na relação homem e mulher. Abertura que se tornou possível com a crise de identidade, a partir da qual a história amplia o saber histórico, alcançando discussões em torno da mulher e da relação de gênero⁴.

A autora encontra no segundo pós-guerra o crescimento dos escritos acadêmicos nos quais estão presentes as mulheres, momento em que passam a ocupar

³ MATOS, M. I. “*História das Mulheres e Gênero: usos e perspectivas*”. In: **Caderno Espaço Feminino**. V. 3, n. 1/2, jan./dez. – 1996, pp. 35 a 50 - Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de História. Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDHIS) NEGUEM.

⁴ Ver: RODRIGUES, J. F. S., “*As Ciências Sociais e a Construção dos Estudos sobre Mulheres: apontamentos para uma abordagem historiográfica*”. In: **Caderno Espaço Feminino**. V. 1, n. 1, – 1994, pp. 25 a 35 - Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de História. Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDHIS) NEGUEM.

mais espaço no mercado de trabalho, na academia e na luta pela igualdade de direitos, pela liberdade, pelo espaço público. Dessa conjuntura, afirma-se o movimento feminista, quando ocorre também a discussão dos “padrões” das ciências sociais, a partir dos quais foi possível a descoberta dos excluídos da história, entre os quais estavam as mulheres.

Apesar do destaque no período pós-guerra, as vozes femininas já se fizeram ouvir em tempos passados. É o que sinaliza os estudos de Raquel SOIHET⁵, no qual aponta formas de resistência ao domínio masculino no século XIX, quando as militantes expressam a sua indignação contra uma educação conservadora e as amarras deterministas, reforçadas pelos modelos de homem e de mulher estipulados pela educação religiosa e pedagógica.

SOIHET aponta o “*Jornal das Senhoras*”, fundado em 1852 no Rio de Janeiro, como meio de resistência contra esta dominação, através do qual as mulheres começam a discutir questões como a educação da mulher, os direitos civis e políticos. Fizeram uso também de periódicos nos quais expressavam a sua preocupação em ensinar variedades para as filhas, elaboraram críticas à submissão, às atitudes subalternas, aos males a elas impostos, à idéia de casamento⁶.

SOIHET refere-se aos movimentos feministas da década de 20 do século XX questionando os silêncios acerca do sentimento de culpa pela não realização do trabalho doméstico; da responsabilidade de criar e educar os filhos; a sexualidade como um privilégio dos homens; o fato da virgindade ser concebida como sinônimo de honra, e da fidelidade ser indispensável para manter a união da família. As reivindicações da militância ficaram restritas aos direitos civis e políticos através do voto. Portanto, as ausências anotadas por SOIHET na pauta da militância “falam”, nas entrelinhas, da permanência da “dominação simbólica” sofrida pelas mulheres no século XIX, quando regras foram interiorizadas pelos discursos produzidos e disseminados ao longo daquele período, aos quais voltaremos ao abordarmos a questão da violência.

Nas décadas de 60 e 70 do século XX foram debatidas questões importantes, tais como a identidade e a diferença, conquistando espaços e canais de expressão institucionais como uma imprensa feminista, o *cinema da mulher* e os estudos

⁵ SOIHET, R.; “*Violência simbólica: saberes masculinos e representações femininas*”. In: **Revista de Estudos Feministas**. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 1997: pp. 7-29.

⁶ MATOS faz referência a estas publicações, assinadas, segundo ela, por sinhás e mulheres de elite (MATOS, 1996: 36).

feministas enquanto área de conhecimento. Esta foi a avaliação feita por um grupo de professoras norte-americanas, autoras do artigo “*Feminismo em Tempos Pós-Modernos: introdução a O Feminismo como crítica da cultura*”⁷, disponibilizado pela internet.

As reivindicações feministas no Brasil só voltaram ao cenário a partir de 1975, na ocasião da instauração do Ano Internacional da Mulher pela Organização das Nações Unidas (ONU). A partir de então, mesmo em tempos de ditadura militar, ressurgiram temas referentes à mulher, analisando, entre outras questões, a violência sexual, contracepção, aborto, além das reivindicações trabalhistas e à cidadania das mulheres. Organizaram movimentos de alcance social e político. Embora excluídas dos tradicionais espaços de expressão, abriram brechas em redutos alternativos como creches, escolas, igrejas, onde deixaram marcas da luta por melhores condições de vida (saúde, educação, saneamento básico, habitação) e pela anistia. Neste contexto, a mulher passa a ser percebida na sociedade e na academia, onde se torna objeto de estudo sob novas perspectivas, voltadas, a partir de então, para a “*reconstrução das experiências, vidas e expectativas das mulheres nas sociedades passadas*” (MATOS, 1996: 36/37).

Abre-se, a partir de então, um leque de possibilidades com a ampliação das áreas de investigação e a renovação da metodologia e dos tradicionais conceitos, o que vem corroborar a percepção da dinâmica das relações sociais e mudança dos paradigmas, dentre eles uma redefinição do político ao promover a esfera do privado e do cotidiano como campo de poder, redimensionando os limites da luta, até então confinadas nas instâncias públicas e do Estado. Nas palavras da autora temos:

“... a influência mais marcante para a abertura parece ter sido a descoberta do político no âmbito do cotidiano, o que levou a um questionamento sobre as transformações da sociedade, o funcionamento da família, o papel da disciplina e das mulheres, o significado dos fatos, lutas e gestos cotidianos” (MATOS, 1996: 37).

Juntamente com o redimensionamento do político, redimensiona-se também as possibilidades de análise, agora livre das abordagens ancoradas estritamente nos focos factuais. Com isso, começa o questionamento das perspectivas globalizantes como possibilidade de estudo, declinando também as elites e os heróis masculinos, possibilitando a universalidade do discurso, a emergência de outras verdades e

⁷ HARRAWAY, D. (e outras). “*Feminismo em Tempos Pós-Modernos (introdução a O Feminismo como crítica da cultura)*”. 2000, 7p.

angústias, bem como novos sujeitos. Neste contexto, o tema da mulher se torna uma atração para os(as) historiadores(as), ampliando as áreas de pesquisa, explorando experiências de homens e mulheres até então fora do debate historiográfico. A inserção desta nova perspectiva de abordagem nos meios acadêmicos vem vinculada à emergência dos movimentos feministas e de mulheres (MATOS, 1996: 37/38).

Guacira Lopes LOURO⁸ vem corroborar as análises de Maria Izilda de Matos ao dizer que a mulher começa a ser trabalhada como sujeito histórico, tornando um importante objeto de estudo a partir das publicações feitas pelos movimentos sociais das décadas de 60 e 70 do século XX, favorecidas por uma conjuntura internacional. Porém, de acordo com a autora, o debate apresenta-se, inicialmente, centrado na militância, na denúncia da opressão, utilizando-se amplamente do método descritivo, sem maiores preocupações com uma análise mais elaborada acerca das relações nas quais estava inserida.

A autora Guacira L. Louro, ao lamentar os “vazios” no quadro de reivindicações do grupo estudado, passa a assumir de forma bastante explícita o seu envolvimento com o objeto de estudo, levando ao mesmo as angústias próprias de alguém que se identifica e se considera parte do tema em questão. Tomando de empréstimo as palavras de Maria Izilda Matos, sintetizamos a sua postura, que também deve ser a dos seus pares, da seguinte forma:

“... a história não recupera o real do passado, não narra o passado, mas constrói um discurso sobre este, trazendo tanto o olhar, quanto a própria subjetividade, do historiador que recorta e narra o passado”(MATOS, 1996: 38)⁹.

A expectativa de LOURO diante das reivindicações colhidas no interior dos movimentos sociais vem, portanto, afirmar as ansiedades próprias de mulheres do seu tempo (anos 90 do século XX). No entanto, na década de 70 do século XX, os estudos direcionavam para a organização familiar, a participação na política e no trabalho, ocorrida nos últimos anos. Segundo Maria Izilda, o trabalho passa a ocupar uma posição privilegiada no debate devido a sua importância para a sobrevivência e por “*ocupar grande parte da vida cotidiana*” e/ou pela “*herança da tradição marxista, cuja*

⁸ LOURO, G. L. “*Nas redes do conceito de gênero*”. In: LOPES M. J., MAYER, D. E. E WALDOW, V. R.; **Gênero e Saúde**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

⁹ Margareth RAGO já havia se pronunciado sobre este mesmo conceito de história. Ver: RAGO, M. **As Mulheres na Historiografia Brasileira**. Campinas, UNICAMP, s/d. 15p. mimeo, p. 1.

preocupação era identificar os signos da opressão masculina e capitalista sobre as mulheres”, pelo movimento operário (MATOS, 1996:39). Esta última questão também foi trabalhada por Maragareth RAGO ao analisar os trabalhos referentes à história da mulher na historiografia brasileira a partir da década de 70 do século XX. Segundo ela:

“... é importante lembrar que esta sofre profundas mudanças ao longo da década, abordando o interesse exclusivo pela história dos partidos políticos e sindicatos, para incorporar outros temas que abrangem desde o cotidiano das fábricas até a vida no interior da família, passando pelos valores, crenças e hábitos que marcaram a classe trabalhadora” (RAGO, p. 5).

A autora aponta que no Brasil, a partir da década de oitenta do século anterior desponta o que se pode considerar a segunda vertente dos trabalhos sobre as mulheres dentro da academia, voltados para a atuação na vida social, *“reinventando seu cotidiano, criando estratégias informais de sobrevivência, elaborando formas multifacetadas de resistência à dominação masculina e classista”* (RAGO, op., cit., p. 3). Criam brechas nos sistemas sociais e políticos por onde puderam se expressar e ocupar espaços públicos, os quais lhes eram negados. Lançaram interrogações acerca do papel feminino na família, no casamento, na maternidade e à sexualidade. Ampliam-se, portanto, as abordagens historiográficas, privilegiando especialmente o período colonial e o início do século XIX. Dentre estas produções, encontra-se o trabalho de Raquel SOIHET, já citado. Ao tomar o final do século XIX e XX como recorte cronológico, os temas centrais passam a ser a disciplinarização, padrões de comportamento, códigos de sexualidade e prostituição. Dessa diversidade, RAGO sistematiza um eixo em torno do qual gravitam os temas:

“... registra-se uma forte preocupação em resgatar a presença de mulheres pobres e marginalizadas, trabalhadoras ou não, como agente de transformação... amplia-se... o leque temático não apenas em relação à incorporação de novos agentes sociais...” (RAGO., op., cit., pp. 4-5).

De acordo com levantamento feito pela professora Doutora Jane de Fátima Silva RODRIGUES e a Historiadora Núbia Cristina de ANDRADE¹⁰, nos cursos de História

¹⁰ RODRIGUES, J. F. S. & ANDRADE, N. C. “Os Estudos Sobre Mulheres e Gênero nas Monografias dos Cursos de História da Universidade Federal de Uberlândia (1991-1998). In: **Boletim NEQUEM: Gênero em Pesquisa – Programa de Pós-Graduação em História**. No. 18 – 1º Semestre, ano 10, Uberlândia-MG:UFU, 2002, pp. 30-35.

da Universidade Federal de Uberlândia, os estudos voltados para questões de gênero e história das mulheres começam a se destacar a partir de 1992, um ano após a implantação das disciplinas de Monografia I e II. O despertar para essas análises está relacionado – segundo as autoras – à inserção das discussões sobre gênero e à criação do Núcleo de Estudos de Gênero e Pesquisa sobre a Mulher, NEGUEM.

As monografias apresentadas ao Departamento de História da UFU no período compreendido entre os anos 1992 a maio de 1998 tiveram como temas centrais: *mulher e política; mulher e religião; mulher e velhice; mulher e movimentos feministas; mulher e prostituição; O carisma de Emilinha Borba; A mulher negra na obra Casa Grande e Senzala*. No decorrer de 1998 até 1999 foram desenvolvidos trabalhos neste campo, com destaque para as análises da mulher no mercado de trabalho, na família, mulher e maternidade e também a questão da violência relacionada à AIDS¹¹.

A nível de Brasil, MATOS destaca nas produções mais recentes o enfoque a poderes e lutas femininas e o repensar de alguns estereótipos, outras histórias foram contadas e outras falas recuperadas, além de serem lançados novos perfis femininos. Porém, nessa tentativa de perceber outros sujeitos, muitas vezes as análises tendem a serem direcionadas para uma inversão do discurso, depondo os heróis e elevando as tradicionais “vítimas” à heroínas, limitando a capacidade de perceber a diversidade das relações e apanhá-las sem os extremismos que são excludentes.

RAGO também faz referência a este direcionamento teórico-metodológico, na busca de garantir espaço. Nas suas palavras temos:

“... é preciso estar atento para as implicações de uma abordagem... extremamente preocupada em provar a capacidade de resistência e luta dos subalternos, entre os quais, as mulheres, atribuindo-lhes uma força consciente invejável e, até mesmo uma certa dose de onipotência” (RAGO., op., cit., p. 6).

O momento de transformação do debate, em conexão com as novas relações e angústias desgarradas dos tradicionais paradigmas analíticos vem requerer uma nova forma análise do ser e se fazer feminino e/ou masculino. Segundo MATOS:

¹¹ RODRIGUES e ANDRADE consideram que os trabalhos apresentados vêm representar um avanço significativo no sentido de repensar padrões pré-estabelecidos e demarcar novos campos nos quais inserem os estudos sobre gênero e mulheres, bem como a sua atuação. No entanto, as autoras indicam que os homens ainda resistem em discutir tal tema (RODRIGUES, J. F. S. & ANDRADE, N. C., 2002, p. 34).

“É em função dessas críticas e das próprias transformações nas reivindicações dos movimentos feministas que surge o gênero enquanto categoria de análise histórica” (MATOS, 1996: 42).

As estudiosas norte-americanas (HARRAWAY, D. - e outras: 2000) comentam que ao final deste período foi introduzida a categoria gênero, ocupando o espaço até então voltado para a *noção de identidade*, passando a privilegiar os *processos de construção destas relações* e das formas como o poder as articula em momentos datados social e historicamente, variando dentro do tempo e inviabilizando o tratamento da diferença sexual como “natural”.

Elas entendem, igualmente, que o delinear e a apreensão do conceito de *gênero* surge em um momento de esgotamento dos tradicionais parâmetros analíticos e de significativas mudanças políticas e sociais impondo novas problematizações na pauta de debates. Notam que a partir da década de 70 do século XX a crítica à cultura feminista tende a adquirir uma importância crescente, alcançando ao longo do tempo os meios políticos e acadêmicos em torno da questão da *alteridade*.

No plano político e social esse debate ganha terreno a partir dos movimentos anticoloniais, éticos, raciais, de mulheres, homossexuais e ecológicos que se consolidam como novas forças emergentes. Na academia, filósofos(as) franceses pós-estruturalistas como Foucault, Deleuze, Barthes, Derrida e Kristeva, intensificam a discussão sobre a crise e descentralização da noção de sujeito, introduzindo, entre outros temas, a análise das idéias de marginalidade, diferença... . Diante dessa realidade, percebe-se que nos últimos anos o quadro da reflexão teórica das ciências sociais e humanas evidencia uma sistemática e progressiva desconfiança em relação a qualquer discurso totalizante e a um certo tipo de monopólio cultural dos valores e instituições ocidentais modernas.

A possibilidade de ampliação do debate evidenciado a partir dos estudos dos(as) pensadores(as) acima citados(as) desperta interesses dos movimentos feministas e de estudiosos(as) do tema da mulher, emergindo trabalhos sobre *gênero*, “*que convergiam com uma nova tendência historiográfica: a ‘história cultural’*” (MATOS, 1996: 42). Nesta perspectiva de análise, questiona-se as identidades, focalizam os terrenos até então obscuros, e encontram atores que permaneciam por detrás das cortinas da história e redimensiona o debate, impulsionado pela diversidade de relações e complexidade dos sujeitos que dessas emergem (ver: RAGO., op., cit., p 8).

O fato do conceito de *gênero* ter uma maior inserção nos estudos relativos à *mulher*, muitas vezes propicia a confusão entre os mesmos, apresentados como

sinônimos. Maria Izilda Matos entende que esse equívoco limita o debate e constrói novas barreiras para análise das diversidades. Neste sentido é imprescindível que se analise a questão de *gênero* a partir da relação, ou seja, perceber que “*a construção dos perfis do comportamento feminino e masculino define-se um em função do outro, uma vez que constituíram –se social, cultural e historicamente num tempo, espaço e cultura determinados*” (MATOS, 1996: 43)¹².

Embora os estudos voltados para a questão de *gênero* tenham se apresentado diretamente relacionados à mulher - prossegue MATOS (1996: 44-46) - trazem importantes contribuições quando abre a possibilidade de investigação em fontes diversas, inserção em diversos campos do conhecimento e o suscitar de uma série de questionamentos os quais podem ser trabalhados segundo perspectivas variadas, tantas quantas são as possibilidades apresentadas dentro do campo das expressões culturais.

LOURO (1996), no entanto, ao analisar os primeiros estudos sobre as mulheres realizados a partir da apreensão do conceito de *gênero*, entende que as discussões apresentam-se limitadas à conceituação e à teorização, esquecendo-se do objeto proposto: a mulher. Percebemos, portanto, que esta trajetória de luta das mulheres não se dá sem os percalços inerentes a todo processo em construção, cujo alicerce deve ser firmado no terreno escorregadio da contemporaneidade, quando novos signos estão sendo delineados.

Porém, em conformidade com MATOS (1996), a autora entende que, para além das limitações apresentadas, a nova “tendência” trouxe contribuições significativas no sentido de identificar um diferencial entre sexo (identidade biológica) e *gênero* (construção social do sujeito masculino ou feminino). Nestes debates, o foco não é apenas a mulher, e sim os processos de formação da feminilidade e da masculinidade, ou os sujeitos masculinos e femininos. Conceitos que acena também para a idéia de relação, abalando os determinismos biológicos, os quais vinham impregnados de justificativas para as desigualdades entre homens e mulheres. Na mesma direção encontramos as análises de RAGO, acrescentando que é notória a preocupação em “*trabalhar com relações e perceber através de que procedimentos simbólicos, jogos e significação, cruzamentos de conceitos e relações de poder, nossas referências*

¹² Segundo Raquel Soihet, nenhuma compreensão de homem e/ou de mulher pode existir por meio de um estado que os considere totalmente em separado. Ver: SOIHET, R. “*Enfoques feministas e a história*”. In: SAMARA, E. M. (etalli) **Gênero em Debate**. São Paulo: Educ, 1997, p. 63.

culturais são produzidas. É neste sentido – prossegue a autora - que os novos estudos feministas se aproximam da história cultural” (RAGO., op., cit., p. 10).

HARRAWAY e outras (2000) concordam que a partir do momento em que começam a serem delineadas novas perspectivas (segunda metade da década de 80 do século XX), iniciam o questionamento das categorias de análise feministas e passam a enfrentar o desafio de pensar a situação da mulher em relação a um sistema mundial de produção, reprodução e comunicação pós-industrial na era de uma “informática da dominação”. Estudos que se apresentam em conexão com a urgência da renovação e ampliação da área de investigação sobre a mulher.

Neste contexto, o sistema sexual de *gênero* deixa de ser visto como constituinte de uma esfera autônoma. Alcança uma posição da vida social em geral, abrindo a possibilidade de inclusão daquilo que as representações sociais deixam de fora: os espaços sociais, políticos ou discursivos produzidos nas margens, nas entrelinhas e nas novas formas de organização das mulheres, possibilita a se tornarem “*sujeito do feminino*”, - conceito lançado por Tereza de LAURETIS¹³ - permitindo a sua inserção num espaço ambíguo e exterior ao quadro das representações tradicionais, libertando, aos poucos, das amarras firmadas através da concepção “natural” na formação das identidades.

Caminhando para uma perspectiva anti-naturalista, Donna HARRAWAY¹⁴, em seu “*Manifesto para os ciborgs*”, artigo publicado originalmente em inglês, busca uma identificação do ser-artefato com o feminismo do fim do século XX. A sua perspectiva de análise parte do princípio de que o *ciborg* - não sendo criado a partir de nenhuma unidade original e sem apresentar qualquer identificação com a natureza no sentido ocidental -, é a criatura do mundo pós-gênero, que não busca um modelo de comunidade aos moldes da família orgânica, não sonha com o paraíso, não voltará ao pó. Esta imagem, associada aos estudos contemporâneos acerca da elaboração de uma perspectiva do feminino no contexto atual, vem subsidiar o debate quando as relações sociais integram e constroem uma realidade de rearranjos, novos paradigmas, perceptíveis inclusive na nova ordem mundial.

¹³ LAURETIS, T.; “*The technology of gender*”. in: **Technologies of gender**. Indiana University Press, 1987, pp. 1-30.

¹⁴ HARRAWAY, D.; “*Manifesto for the cyborgs: science and technology and socialist feminism in the 1980's*”. in: HARLAO, B.; **Resistance literature**. Methuen, 1987, pp. 65-107.

Enquanto as políticas e as teorias pós-modernas trabalham com as idéias de possibilidade do fim da história, do social e do político, a crítica feminista, ao contrário, insiste na articulação de suas questões com as perspectivas históricas e políticas. Se os primeiros falam de uma crise da representação e da morte do social, o segundo enfoca a necessidade de uma luta pela significação. Emerge um novo momento da militância das mulheres, o pós-feminismo, entendendo que não esgotaram as possibilidades de seu ponto de vista crítico e político.

Conforme o exposto, as mudanças engendradas na contemporaneidade esboçam a necessidade de elaboração de novos conceitos nos quais possam ser inseridas as novas angústias de sujeitos e identidades até então irreconhecíveis pelos debates tradicionais. O estudo da categoria de *gênero* é um exemplo dessa nova perspectiva de se pensar a questão das identidades, agora entendida a partir da perspectiva de construção no seio das relações sociais e lutas políticas, desprendendo das amarras de determinação natural, codificada pelo do campo biológico.

Através dos direcionamentos apresentados pela historiografia em relação à mulher, LOURO (1996) entende que devemos permanecer em alerta no sentido de evitar os costumeiros extremismos e exclusões nas análises propostas, como entender, por exemplo, que o *gênero* é construído unicamente como um processo social e histórico, sem perceber que essa construção envolve também os corpos do sujeito.

Abordando esta questão, encontramos o texto de Margareth RAGO¹⁵: *Globalização e Imaginário Sexual, ou Denise está chamando*, no qual a autora analisa cenas do filme “*Denise está chamando*”, dirigido por Hal Salwen, que fala do mundo informatizado, de pessoas fechadas em si mesmas, longe da vida social e comunicando-se apenas pela *internet* e através do telefone. A concepção de uma criança se dá através da inseminação artificial e o genitor é informado que se tornará pai em breve e que sua presença no parto é dispensável.

A partir do filme, a autora questiona as emergentes “técnicas” de sociabilidade e analisa os novos signos que estão sendo construídos em tempos de globalização, diversidade cultural, e de “*desconstrução dos significados simbólicos investidos nas construções das identidades sexuais e nas formas de relacionamento*” (RAGO: 2001: 10). Dentre as identidades em reconstrução, está a mudança no imaginário sexual,

¹⁵ RAGO, M.; *Globalização e Imaginário Sexual, ou Denise está chamando*. Campinas, São Paulo: Unicamp. Disponível em <<http://lite.fae.unicamp.br/grupos/geish/margareth.html>>. Acesso em 09 nov. 2001.

quando esgota os tradicionais símbolos de sedução. Como exemplo a autora cita que os brasileiros já não veem suas fantasias aguçadas diante de mulheres de cintura fina e nádegas grandes. Da mesma forma, o homem ideal dos anos 90 do último século deve fazer “um tipo” mais difícil do que disponível, não ser impulsivo a ponto de “*passar a mão no traseiro de uma mulher*” ou assobiar para chamar a sua atenção. Isso cabe a ela.

Além da liberdade de escolha e de expressão dos seus sentimentos, apresentamos, de forma bastante eloquente, a disposição da maioria das mulheres em exigirem dos homens mais do que a romântica e casta corte. No contexto da globalização, quando estão sendo rompidas, entre outras, as fronteiras culturais, as santidades assexuadas (imaginário feminino desenhado pela tradição religiosa) despem-se do incômodo véu da santidade com o qual a cultura católica tentou cobrir o seu erotismo, e exigem o direito ao prazer. Diante dessa nova forma de vivência da sexualidade, MOTTA¹⁶ acredita que o século XXI poderá ser conhecido como “*a era do pênis cortês*”.

Hoje as “regras” de comportamento são outras: a mulher insegura, reprimida, dependente, já não chama a atenção. A aparência ideal também já não é a mesma de tempos atrás: a forma de se vestir já não denuncia a sua condição de “mulher honesta” ou de prostituta. A família hoje idealizada é formada por um solteiro, um animal e a *internet*. Novos valores estão sendo codificados, constata RAGO (2001).

Neste contexto, são elaboradas também novas teorias e interpretações. Para LOURO (1996), ao longo dessas últimas décadas surgem questionamentos que buscam superar a tradicional oposição entre público/privado, cultura/natureza, masculino/feminino, sendo cada vez mais crescentes os estudos que procuram entender a relação entre (e nas) diferenças, questionando, no entanto, os tratamentos desiguais por elas justificados, buscando inclusive as origens dessas barreiras erguidas ao longo da formação da identidade dos filhos, estabelecendo o padrão de comportamento adequado ao “macho” e à “fêmea”.

Laura E. ASTURIAS¹⁷ percorre essas representações, abordando a educação diferenciada dispensada a “eles” e a “elas”. O menino, a partir de uma determinada idade, é impedido de expressar ternura, carinho, tristeza ou dor, ou seja, qualquer

¹⁶ MOTTA, J. Z. B.; **Sexualidade – Bruxas, fadas, virgens e iniciadas**. São Paulo. Disponível em: http://www.cosmo.com.br/redacao_web/sexualidade/sexualidade010407.shtm. Acesso em 02 agos. 2001.

¹⁷ ASTURIAS, L. E. “*Construcción de la masculinidad y relaciones de género*”. Guatemala, 1997, 15p. Trabalho apresentado no Foro: **Mujeres en Lucha por la Igualdad de Derechos y la Justicia Social**. Guatemala, em 5 de março de 1997. Disponível em: <http://www.artnet.com.br/~marko/artasturias.htm>. Acesso em: 10 nov. 1999.

“sintoma” de humanidade, e estimula-se a ira, a agressividade, a audácia e o prazer, destituído, portanto, de sensibilidade. A menina, ao contrário, vai sendo preparada para se tornar uma mulher, vítima, sofredora, sem audácia, abnegada na tristeza e na dor.

Segundo a autora, nessa formação da masculinidade e da feminilidade abre caminho para a violência contra a mulher, ao constatar que de 90% dos crimes violentos, quase a totalidade são de violações às mulheres, aos meninos e às meninas. Acrescenta que a masculinidade e a heterossexualidade aprendidas são fatores importantes que explicam as diversas violações dentro do contexto do poderio masculino.

Felizmente percebemos que apesar dessas tentativas de induzir uma dada característica no masculino e no feminino, a imagem do “machão” já não é tão desejada, assim como não se busca com frequência a mulher “Amélia”. É o que diz o autor Joaquim Zailton Bueno MOTTA¹⁸ ao fazer um breve apanhado historiográfico acerca das imagens associadas às identidades masculinas e femininas, iniciando pelo século XII, quando a virgindade era associada ao romantismo, e a abordagem a uma mulher se dava de forma cortês, sem conotação sexual. No século XIX, a moça era apresentada ao sexo após o casamento, quando deveria utilizá-lo para os fins reprodutivos, mas jamais pelo prazer. Nestes termos, permaneceria pura, uma imagem associada ao anjo, ou seja, sem identidade feminina (anjo é uma entidade masculina, e casta), estando reservado ao homem o poder de evitar a sua castidade. Este que se apresenta como ser do sexo por excelência, evidente na sua anatomia, através da qual é perceptível a manifestação dos desejos e liberação das secreções sexuais. O corpo feminino, por sua vez, contribui para que sua sexualidade seja ocultada.

Assim, entre anjos e/ou fadas, as parceiras para os homens eram as prostitutas, até a revolução sexual dos anos 60 do último século, quando a mulher torna-se sujeito dos seus interesses eróticos, reivindicando o direito de escolha e de ter seus desejos satisfeitos. Já não busca o cavaleiro ao estilo daquele do século XII, pois este não é capaz de responder às suas necessidades de uma sexualidade integral.

Sexualidade essa, retomada através de uma grande luta contra padrões morais fincados ao longo da história pelas instituições conservadoras, ocultada nas imagens de anjos e fadas expostas por MOTTA, e também na figura imaculada – a Virgem Maria – identificada por SOIHET (1997) ao analisar o discurso oficial da Igreja Católica no

¹⁸ MOTTA, J. Z. B.; **Sexualidade – Bruxas, fadas, virgens e iniciadas**. São Paulo. Disponível em: http://www.cosmo.com.br/redacao_web/sexualidade/sexualidade010407.shtml. Acesso em 02 agos. 2001.

século XIX. Esta Santa é, segundo a autora, a única referência de mulher a ser seguida por todas as outras, pecadoras por natureza, estando limitadas ao espaço que o lar lhe concede. Deve pagar – pelo “deslize de Eva” - com a dor do parto e viver para a casa, em função dos filhos e do marido.

Para os pensadores iluministas (como Rousseau e Diderot), a mulher - bela, fina, sensível e destituída de imaginação - tinha o dever de agradar e pertencer ao marido, ao homem dotado da coragem, da razão e da majestade. O erotismo não deveria ser manifestado por ser considerado perigoso e de ser a negação da maternidade. Sem vontades e direitos (pois a igualdade de direitos era restrita aos homens), a mulher era considerada como coisa¹⁹.

Segundo SOIHET (1997) neste período, a dominação pelo saber propicia a inserção da “violência simbólica”, tomando uma dimensão maior do que a própria violação corporal praticada contra as mulheres, uma vez que a primeira atua de forma a introjetar na mulher a sua condição de inferioridade, propiciando, por conseqüência, a adesão das mesmas aos discursos de dominação e superioridade do homem. Nessa perspectiva, o processo de submissão deve ser entendido a partir da percepção dessa forma de violência como resultado do processo histórico e cultural construído.

Discursos difundidos como ideais da Revolução Francesa, como direitos humanos e cidadania não diziam respeito à mulher. A sua condição de cidadã estava restrita à sua participação exercida no lar. Dentro desses limites, portanto, ocorre a consolidação da sociedade burguesa, com papéis devidamente definidos: ao homem é destinado o espaço público e à mulher o privado. Qualquer oposição como aquelas esboçadas pelas feministas eram desqualificadas e as articuladoras consideradas “galinhas a cacarejar”, questionando as leis da natureza. As militantes eram ridicularizadas, tidas como masculinizadas, feias, despeitadas, imorais. Para os intelectuais brasileiros (poetas, filósofos, jornalistas, clérigos, pedagogos) as lutas eram consideradas destruidoras da feminilidade.

Fora dos veículos específicos (*Jornal das Senhoras* e boletins mencionados por SOIHET) , os homens dominavam a literatura, sendo reservado às mulheres (que publicavam com pseudônimos masculinos) a autoria de romances, área de domínio da

¹⁹ Jane FLAX insiste na necessidade de questionar os valores iluministas como única forma de se pensar a realidade, desconstruir teorias que já não condizem à realidade social, política, cultural e ideológica da sociedade pós-moderna. Ver:

FLAX, J. “*Pós-modernismo e Relações de Gênero da Teoria Feminista*”. In: **Pós-modernismo e Política**. Rio de Janeiro: Rocco, 1991, pp. 217-250.

sensibilidade. Porém, esses apresentavam impregnados dos termos simbólicos da dominação masculina, tais como “deusa do lar”, “alma doce e sensível da mulher”.

Também a pedagogia foi tomada como um instrumento de reforço à dominação, embora a educação, na perspectiva das mulheres devesse, a princípio, auxiliar na tomada de consciência. Na realidade, se torna um veículo através do qual se dá o reforço da violência simbólica, haja vista a baixa escolaridade das meninas (estudavam até os 13 ou 14 anos) e o direcionamento dos ensinamentos recebidos, sendo principalmente as primeiras noções sobre o casamento, incultindo as suas responsabilidades para com a futura família. Diante dessas “incumbências”, era dispensável estudar álgebra e geometria. Uma vez casada, a mulher promovia socialmente o marido através das festas.

Neste contexto, segue SOIHET, a doutrina positivista, valendo-se da idéia evolucionista, auxiliou a estagnação ao pregar que a igualdade entre homens e mulheres dar-se-ia através de um longo e moroso processo. Assim, sustentava-se a continuidade da “relação” entre o par: mulher sensível *versus* homem racional, cuja harmonia dependia a reclusão da primeira à vida interior, exercendo basicamente a função de higienizar a família. A introjeção do papel a ela reservado foi mais uma representação que veio afirmar a violência simbólica. As conseqüências de uma “educação defeituosa” eram denunciadas através dos folhetins analisados pela autora, nos quais a personagem feminina apresentava-se como a anti-heroína, não dócil, vaidosa, namoradeira, sem os devidos cuidados com a casa, mas tocava piano. Portanto, não desempenhava o “seu papel”.

Reclusa aos domínios da vida privada, ou seja, privada da relação com o outro, a mulher tinha no casamento a aspiração máxima, o amor, a reprodução dos filhos, valendo-se do sexo apenas para a procriação dos futuros dirigentes. O lar era o tesouro maior da mulher e a economia doméstica era de sua responsabilidade.

Do interior dessa dominação e opressão sofridas pela mulher, elaboradas e disseminadas através de instituições conservadoras, Nickie ROBERTS²⁰, encontra “*As Prostitutas na História*”, profissionais que mostraram a possibilidade de romper com uma série de padrões culturais ditados pelo modelo de sociedade patriarcal. Luta amplamente abordada em seu livro, enfocando a prostituição desde a sua origem até os dias atuais. A autora resgata das profundezas do submundo os “*seres inferiores*”, as

²⁰ ROBERTS, N.; **As Prostitutas na História**. Tradução de Magda Lopes – Rio de Janeiro: Record, 1998, 430p.

“*anomalias*” caracterizadas por diversos estudiosos que, através de uma intensa pesquisa, conseguiram encontrar inclusive “*deformações físicas*” e outros “*desvios patológicos*” (ROBERTS. 1998: 264-273/389-390).

Enquanto a mulher “honesta” esteve reclusa ao espaço privado, cuidando do marido e dos filhos, sem acesso a educação, a não ser aquela que ensinava os princípios de uma boa esposa e mãe, as prostitutas saíram às ruas e mostravam, através de suas atitudes, a sua indignação contra uma vida de submissão, encontrando na prostituição uma alternativa para escapar da violência sofrida dentro de casa, para conseguir uma independência financeira em relação ao marido e a busca de melhores condições para cuidar dos filhos²¹ (ROBERTS. 1998: 373-374 / 381-384).

De uma vida de privações e de humilhação dentro de casa, uma vez optando pela prostituição se tornam sábias confidentes, ótimas amantes e gestoras da sua economia, das suas vidas. Abalaram os princípios conservadores por recusar o casamento. Gritaram em alto e bom tom quando não se fizeram ouvir pelas suas pretensas representantes, as feministas, consideradas pela autora como condutoras e disseminadoras dos preconceitos da classe média²². Reivindicaram o direito de voz através da ocupação de espaços considerados sagrados - as Igrejas da França - e conseguiram fundar organizações através das quais podem unir forças para reivindicar os seus direitos (ROBERTS. 1998: 389-412).

Porém, o processo de ação política não se dá sem o contínuo enfrentamento da discriminação, da repressão e da exploração. Analisando a situação das mulheres na França durante o século XIX, a autora percebe que todas da classe trabalhadora que não tivessem seus relacionamentos com os homens, confinadas à monogamia de longo prazo e ousaram a ter uma vida sexual eram acusadas de prostituição e repreendidas pelo “*esquadrão da moral*” (pp. 245-246 / 294-295). Além das gangues, a polícia e os políticos sempre estiveram no meio dos aproveitadores da indústria do sexo, onde havia muito dinheiro a ganhar. Além de lucrarem, policiais e maníacos concordavam que a prostituição era uma sujeira que deveria ser retirada das ruas a custo de violência

²¹ A autora comenta que, embora muitas prostitutas tenham entrado na profissão pela exploração salarial em empregos “convencionais”, não estão livres dela, pois recebem menos que prostitutos ganham pelos serviços prestados aos seus clientes, normalmente empresários (ROBERTS. 1998: 371).

²² Apesar de terem negligenciado o direito das mulheres decidirem o que fazer com seu próprio corpo e terem negado às prostitutas o direito de voz, a autora entende que os movimentos feministas e gays foram de grande importância para a liberação das escolhas sexuais (ROBERTS. 1998: 415-416).

corporal e apreensão dos seus pertences, inclusive os preservativos (ROBERTS, 1998, pp. 310 / 326 / 340-342 / 357 / 392-394).

Conforme percebemos, uma série de mecanismos são utilizados para assegurar a manutenção dos modelos tradicionais de família e sociedade. As prostitutas enfrentam tanto a violência física quanto os estigmas a elas associados, da sífilis à AIDS, passando pelas drogas e um constante embate com a moral burguesa. Apesar dos problemas enfrentados ao longo da história, essas profissionais reorganizam e buscam constantemente novas formas de fazer o próprio caminho.

Diante disso, notamos que estão sendo colocadas por estudiosas(os) de vários países uma série de problematizações, o que evidencia os grandes questionamentos dos(as) contemporâneos(as) em relação a condição masculina e feminina, os novos contornos das relações estabelecidas, o abalo de padrões que se apresentam limitados e ultrapassados uma vez que já não comportam os novos desejos que hoje passam a integrar o processo de construção das sexualidades, que despertam partir da libertação das sensibilidades, antes comodamente aprisionadas nos limites definidos pelo poder institucionalizado. Uma vez rompida a barreira dos determinismos naturais e ditatoriais, homens e mulheres conquistaram o direito de pensar a sua própria masculinidade e/ou feminilidade, e, a partir de então, convivem com as vantagens da conquista e com o peso das suas conseqüências.

Neste contexto, as análises que entendem a categoria *gênero* em construção no interior das relações sociais, nas quais os corpos também se encontram em constante mutação, abrem para um largo campo no interior do qual circundam as sexualidades, as quais apresentam-se cada vez mais complexas e aparentemente mais livres, expressando nas suas mais diversas constituições. Angústias, incertezas e vivências da sexualidade parece conquistar, a cada dia, novos espaços no debate contemporâneo, dirigido e captado no interior de grupos e sujeitos até então considerados incapazes e sem autoridade no assunto²³.

A partir dessas teorias, buscaremos nas produções publicadas na revista do NEGUEM, as formas como tem sido apresentadas as questões relativas à mulher,

²³ Aparentemente esse debate teórico parece despertar a partir da obra do filósofo francês, Michel FOUCAULT. Ver:

FOUCAULT, M.; História da sexualidade 1: a vontade de saber. **Tradução de Maria Tereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhaon Albuquerque.** Rio de Janeiro: 10ª edições Graal, 1988, 152p.

atentando primeiramente para a construção cultural das diferenças entre “homens” e “mulheres” e as violências justificadas a partir da dominação sexista.

CAPÍTULO II

GÊNERO E SEXUALIDADE:

A Construção dos “Modelos” de Feminilidade e Masculinidade Na Revista Caderno Espaço Feminino .

Nesta etapa do nosso trabalho procuramos mapear as discussões relativas aos ideais de feminilidade e, por extensão, a construção dos parâmetros de masculinidade elaborados historicamente. Neste percurso, atentamos para as barreiras erguidas no terreno cultural, no qual são utilizados dispositivos ideológicos carregados de concepções machistas que atuam de forma a sustentar e promover a violência.

Para tanto, elegemos questões relativas à gênero e sexualidade²⁴ presentes nos nove (1994 a 2002) volumes da revista “*Caderno Espaço Feminino*” organizada pelo Núcleo de Estudos de Gênero e Pesquisa sobre a Mulher (NEGUEM) da Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais. A nossa perspectiva de análise gira em torno de conceitos que estão em constante construção, já que são apanhados e lapidados nas malhas das relações sócio-culturais.

Inicialmente procuramos encontrar, no terreno movediço da História, os nossos sujeitos para, a partir de então, acompanharmos a constante (re)elaboração de dispositivos de manutenção de padrões que venham assegurar a permanência dos tradicionais modelos de corpos e mentes, necessários para a preservação da dominação e justificar formas variadas de violência.

Margareth RAGO, através de um trabalho publicado no ano de 1994²⁵, coincidentemente o artigo que abre a coletânea do primeiro volume, nos dá a sua importante contribuição em relação à nossa tentativa de localizar as mulheres e os “papéis” a elas “reservados” ao longo da história. A autora, ao reconstruir o cenário das décadas de 1890 a 1930, percebe o relativo silenciamento em relação à participação feminina nos movimentos operários, estudados por autores(as) brasileiros(as), ausência

²⁴ Para Cláudia Guerra, gênero diz respeito a relações sociais entre os sexos; A sexualidade é fabricada. Em outras palavras: os organismos são aparentemente dados, mas os corpos são construídos. Ver: GUERRA, C. C.; “*Todo Dia Ela Faz Tudo Sempre Igual?*”. In: **Caderno Espaço Feminino**. V. 1, n. 1, – 1994, pp. 91 a 103 - Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de História. Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDHIS) NEGUEM.

²⁵ RAGO, M.; “*Relações de Gênero e Classe Operária no Brasil - 1890-1930*”. In: **Caderno Espaço Feminino**. V. 1, n. 1, – 1994, pp. 5 a 24 - Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de História. Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDHIS) NEGUEM.

já notada por Joan Scott ao analisar escritos de Thompson. Lacunas que começam a serem preenchidas em trabalhos realizados ao longo dos anos 70, alertando, até os anos 80 do século XX, para as relações entre os sexos. Os trabalhos recentes encontram as mulheres fora da fábrica, mas inseridas na prostituição, no convento, na feitiçaria, etc (RAGO, 1994: 10).

Enquadradas em espaços específicos, devem agir também de acordo com padrões convencionais à cultura na qual está inserida. Questão recorrente em documentos datados no período compreendido entre as décadas de 1890 a 1930, analisados por Margareth RAGO. A partir desses, a autora percebe que no início do século XX o modelo de feminilidade centra-se na “mulher casta”, reclusa ao lar e preparada para o casamento. Fora destes limites, encontra-se a prostituta, “degenerada nata”. Concepção reforçada pelo movimento operário, que fortalece “*a intenção disciplinadora de deslocamento da mulher da esfera pública para o lar*”, embora cobrassem sua participação política, mas devidamente subordinada aos líderes²⁶. Esses são apresentados como “*homens civilizados, brancos e limpos*”, características marcantes nos trabalhos cujos enfoques estendem até os anos trinta (RAGO, 1994: 14-21).

A subordinação das mulheres aos homens é uma questão presente na Hi stória, desde que o patriarcalismo sobrepõe à cultura matriarcal, tema trabalhado de forma bastante elucidativa por Nickie ROBERTS (1998), ao analisar a condição das “*Prostitutas na História*”. Ao longo dos tempos, uma série de signos vão sendo construídos e/ou ganham novos significados de forma a reelaborar mecanismos de controle e afirmar a superioridade “masculina”. De acordo com Mary Lucy Del PRIORE²⁷, no período colonial, a concepção de que o útero era regulador da saúde mental e física percorre a Europa e, por extensão, a colônia portuguesa, “... *difundindo uma mentalidade na qual a mulher era física e mentalmente inferior ao homem*” (PRIORE, 1998: 127).

Uma vez detectada a inferioridade crônica - por estar atrelada à sua biologia - não é difícil perceber a difusão de padrões ideológicos acerca dos deveres da mulher em

²⁶ Questões que perpassam pelo seu livro lançado em 1985. Ver:

RAGO, M. **Do Cabaré ao Lar - A utopia da cidade disciplinar – Brasil 1890-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

²⁷ PRIORE, M. L. M. D. “*Luxúria ou Melancolia: Mau uso do corpo feminino no Brasil Colonial*”. In: **Caderno Espaço Feminino**. V. 4/5, n. Especial, – 1998, pp. 115 a 136 Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de História. Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDHIS) NEGUEM.

relação ao marido, ao lar e aos filhos. Esta postura sinaliza a incapacidade a elas atribuídas, sendo, portanto, passível o estabelecimento de regras para o seu comportamento, perceptível em várias formas de expressão, como na literatura, por exemplo. Analisando esta questão, Valdeci Rezende BORGES²⁸ resgata da obra de Machado de Assis os “modelos” presentes na cultura do século XIX, segundo os quais uma moça casadoira deveria ser *boa, amiga, modesta, solícita, econômica, prendada, dócil, afável...* Uma vez casada, a sua honra encontrava-se diretamente ligada a vigilância em relação ao adultério, embora devesse aceitar passivamente os “deslizes” do marido em nome da sua missão, ou seja, do dever de “... *educar e proteger os filhos do casal, dominando a paixão e encerrando em si mesmas todo o ‘ressentimento’ e ‘suplício’*” (BORGES, 1998: 141-154).

Esses “padrões” de comportamento presentes na literatura brasileira parece estar em sintonia com concepções ideológicas mais gerais no mesmo período, considerando as análises das personagens *Ana Karênina* e *Emma Bovary*, feitas por Henrique CARNEIRO. A partir dessas adúlteras, o autor percebe o embate entre o “*desejo que arrasta*” e a “*conveniência que retém*”, uma vez que a mulher é submetida a um controle moral sobre a sua sexualidade antes e durante o casamento, o que não ocorre com a mesma intensidade em relação aos homens²⁹.

A necessária aceitação da traição por parte do companheiro pode estar relacionada com a tentativa, ainda que inconsciente, de redimir-se da culpa por não estar sendo uma boa esposa, ou seja, “... *prestativa ao marido e ... sempre disposta sexualmente...*”, portanto, responsável pelas “*saídas sexuais*” do mesmo. Pelo menos estas são algumas das responsabilidades atribuídas à companheira para evitar vícios e/ou ajudar na cura desses que, porventura, o marido tenha inserido³⁰.

A partir do confronto dos debates propostos na revista em análise, é possível estabelecer relações mais amplas acerca dos *modelos* ideológicos elaborados e divulgados por diferentes correntes de pensamento de um determinado período, no tocante ao papel “reservado” e assumido por homens e mulheres na sociedade, em torno

²⁸ BORGES, V. R. “*A Mulher e o Casamento no Imaginário Social Oitocentista*”. In: **Caderno Espaço Feminino**. V. 4/5, n. Especial, – 1998, pp. 137 a 159. Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de História. Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDHIS) NEGUEM.

²⁹ CARNEIRO, H. “*O desejo feminino na literatura: Ana Karênina e Emma Bovary*”. In: **Caderno Espaço Feminino**. V. 8, n. 9, – 2001, pp. 7 a 15 - Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de História. Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDHIS) NEGUEM.

³⁰ MATOS, M. I. S. “*Uma Questão de Gênero: Alcoolismo e Masculinidade*”. In: **Caderno Espaço Feminino**. V. 4/5, n. Especial, – 1998, p. 192 - Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de História. Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDHIS) NEGUEM.

do qual edificam as exclusões e preconceitos impostos aos “transgressores”. MENESES³¹, ao analisar as poesias de Baudelaire, percebe nelas as angústias daquele que “... não só viveu intensamente sua época, como também expôs sua fase mais perversa, aquela que segrega, não só as mulheres, mas todas as minorias excluídas...” (MENESES, 1999: 57).

Neste sentido, Martha Abreu Sueann CAULFIELD³², estudando fontes elaboradas final do século XIX e nas primeiras décadas do XX – de 1890 a 1940 - encontra nos dispositivos do judiciário, ancorado em princípios positivistas, o papel de grande importância na organização de uma política voltada para a sexualidade, “ao punir melhor os crimes sexuais, que ameaçavam tanto a honra feminina e, principalmente, o corpo social e a ‘civilização’... identificar e difundir os papéis/imagens sociais e sexuais a serem valorizados ou punidos e marginalizados” (CAULFIELD, 1995: 20).

Ao contrário do que possa aparentar, esses fundamentos jurídicos não funcionam como uma camisa de força, com a finalidade de enquadrar os “distúrbios” que poderiam vir a se manifestar no corpo social. Muitos de seus princípios conformavam os ideais de sua época, comungados por homens e mulheres nas relações cotidianas, tal como a crença de que só poderiam se casar virgem. No entanto, não se pode tomar esse pensamento como uma regra geral para todas as pessoas do período analisado (CAULFIELD, 1995).

Segundo Geovana Ferreira MELO e Geraldo Inácio FILHO, juntamente com o positivismo, o catolicismo se torna um campo ideológico através dos quais afirma-se a condição de inferioridade da mulher, em relação ao homem, requerendo educação diferenciada para os sexos, sendo estimulada aos últimos a capacidade racional e às primeiras o despertar para as tarefas domésticas, princípios de boa mãe e esposa, e difusoras da fé³³.

³¹ MENESES, M., “As Lésbicas na Poesia de Baudelaire”. In: **Caderno Espaço Feminino**. V. 6, n. 6, – 1999, pp. 49 a 57 - Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de História. Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDHIS) NEGUEM.

³² CAULFIELD, M. A S. “50 Anos de Virgindade no Rio de Janeiro: As Políticas de Sexualidade no Discurso Jurídico e Popular (1890 a 1940)”. In: **Caderno Espaço Feminino**. V. 2, n. 1/2, – 1995, pp. 15 a 52 Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de História. Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDHIS) NEGUEM.

³³ MELO, G. F. & FILHO, G. I. “O Positivismo e sua Influência na constituição dos Modelos Femininos: Algumas Correlações com a Moral Católica nas Primeiras Décadas do Século XX”. In: **Caderno Espaço Feminino**. V. 8, n. 9, – 2001, pp. 39 a 52 - Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de História. Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDHIS) NEGUEM.

Porém, apesar das regras parece inegável a manifestação dos desejos, o que vem justificar o uso de mecanismos ideológicos para interditá-los. Esses eram acionados em vários momentos, especialmente em manifestações culturais propícias para a vivência da sexualidade de forma mais livre, como no carnaval, no qual *moça digna* não participava, conforme estudos realizados por Rachel SOIHET³⁴ no Rio de Janeiro, entre 1890 e 1945. “*Somente as mulheres pobres eram encaradas como cúmplices no deslize*” (SOIHET, 1995: 66).

Entre 1960 e 1970, a formação e preservação dos padrões sociais convencionais seriam assegurados - segundo Vera Lúcia Puga de SOUZA³⁵ - através dos colégios internos que, juntamente com a família, transmitiam a “*ideologia burguesa de moralidade, educação e papéis sexuais*”. Estas instituições (família e internatos) são os dispositivos acionados para confortar o pânico que representa, para os filhos da camada social mais alta, a juventude *transviada*. Nessa perspectiva, às moças estavam reservadas as condições de “assexuadas” e “apolíticas”³⁶. Eram preparadas para o lar e a família. Não recebiam informações e eram vetadas da experiência sexual. Essa (sexualidade) apresenta-se como “pecado” e “segredo”, confinada aos cantos escuros, nos dormitórios e banheiros, onde extravasavam as “imoralidades”. Dentre essas, o homossexualismo³⁷, cujo controle requer ações mais drásticas, uma vez que estava inscrito nos “*casos criminosos*”, uma “*doença terrível*” que deveria ser combatida (SOUZA, 1994: 59/60).

O pânico ao qual a autora se refere, pode estar relacionado também à perda da masculinidade e dos estereótipos da feminilidade que vem assinalar uma mudança de comportamento e abalo das barreiras entre os padrões pré-estabelecidos, criticados pela

³⁴ SOIHET, R. “*A Interdição e o Transbordamento do desejo: Mulher e Carnaval no Rio de Janeiro (1890 – 1945)*”. In: **Caderno Espaço Feminino**. V. 2, n. 1/2, – 1995, pp. 53 a 70. Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de História. Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDHIS) NEGUEM.

³⁵ SOUZA, V. L. P. “*Internatos*”. In: **Caderno Espaço Feminino**. V. 1, n. 1, – 1994, pp. 37 a 61 - Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de História. Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDHIS) NEGUEM.

³⁶ Arlete M. S. Alves, ao trabalhar os conceitos de homem e mulher – masculinidade e feminilidade, entende que, desde o período colonial, foram definidos como oposição. Ver: ALVES, A. M. S., *Gênero e Política: Mulheres nos Movimentos Sociais e Feministas no Brasil*. In: **Caderno Espaço Feminino**. V. 4/5, n. Especial, – 1998, pp. 231 a 249 - Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de História. Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDHIS) NEGUEM.

³⁷ Segundo o historiador Aguinaldo R. Gomes, no candomblé o homossexualismo ganha um certo prestígio social. Ver:

GOMES, A. R. “*A Construção dos perfis masculinos e femininos no Candomblé de 'Tenda dos Milagres'*”. In: **Caderno Espaço Feminino**. V. 4/5, n. Especial, – 1998, pp. 195 a 210 - Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de História. Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDHIS) NEGUEM.

mídia entre o final da década 40 até os anos 60 do século passado, conforme constatação de Luciana Rosar FORNAZARI. De acordo com a autora, nesse veículo são usados corpos femininos para a venda de seus produtos e os masculinos para afirmação do ideário da masculinidade, assegurando comportamentos diferenciados para homens e mulheres, reclusos em seus papéis sexuais, o que começará a ser questionado a partir da década de 60 do século anterior³⁸.

O esboço da crítica notada a partir dos últimos 40 anos parece não dar conta de promover uma mudança sistemática numa mentalidade construída em bases conservadoras que é, ao mesmo tempo, dinâmica ao utilizar-se dos recursos presentes no cotidiano das pessoas, dentro de cada contexto histórico. Como exemplo da difusão de um ideário de comportamento cujos princípios estão ancorados em oposições sexistas, recorremos às recentes pesquisas realizadas por Flávia B. TEIXEIRA a partir dos brinquedos disponibilizados para as crianças. Segundo a autora, a grande maioria dos artigos direcionados às meninas são miniatura dos utensílios domésticos tradicionalmente manuseados por mulheres. Ao passo que a construção da masculinidade aparece atrelada ao mundo do trabalho, ao despertar de “vocações” e demonstração de coragem³⁹.

Se ainda hoje os “lugares” e personalidades de meninos e meninas são trabalhados no terreno da oposição, fica claro que os questionamentos aos padrões masculinos e femininos notados a partir dos anos 60 do século XX não conseguem, na prática, romper com uma série de preconceitos, construídos a partir de variados veículos de ideologização, como os manuais de civilidade do século XIX, analisados por Diva do Couto Gontijo MUNIZ, os quais atuam de forma a incorporar a dimensão sexual nas práticas cotidianas, tornando possível a percepção das formas de construção, legitimação e naturalização das desigualdades entre os homens e mulheres. Nesse cenário, disseminam modelos masculinizantes e feminilizantes em corpos domesticados como masculinos e femininos, atendendo a função civilizadora e disciplinizadora,

³⁸ FORNAZARI, L. R. “*Corpos e Mídia em Questão*”. In: **Caderno Espaço Feminino**. V. 7, n. 7/8 – 2000, pp. 49 a 64 - Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de História. Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDHIS) NEGUEM.

³⁹ TEIXEIRA, F. B. “*Trabalhar ou Brincar: Brincar de Trabalhar?*”. In: **Caderno Espaço Feminino**. V. 8, n. 9, – 2001, pp. 107 a 119 - Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de História. Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDHIS) NEGUEM.

segundo a qual a mulher deve apresentar atributos de submissão, virtude, fragilidade, emoção, distinção, etc⁴⁰.

Da incorporação desses valores vem a estigmatização sobre as pessoas que assumiam a sua homossexualidade, contrariando a norma heterossexual, esta que foi, ao longo dos séculos XIX e na primeira metade do XX, assegurada graças a dispositivos jurídicos, médicos, religiosos e políticos. Discriminação que, segundo Edmar Henrique D. DAVID e Jane de Fátima S. RODRIGUES – começa a ser amenizada nas décadas de 1970 e 1980, até a chegada da AIDS no Brasil, disseminada inicialmente nos considerados grupos de risco, dentre eles os homossexuais. Nos anos 90 do século XX as campanhas de consumo lhes dão nova visibilidade a esta “categoria” que passa a ser compreendida a partir da perspectiva de construção cultural e não das anomalias. No entanto, neste processo de mudanças, formam-se guetos nos quais devem permanecer juntos, afastados das pessoas de comportamento heterossexual⁴¹.

Os frutos colhidos no terreno da ideologização e da institucionalização das regras a serem seguidas pela mulher de *boa índole* podem ser visíveis no dia a dia de grupos sociais e/ou pessoas em particular. Foi o que os estudos de Eliane Schmaltz Ferreira ANDRADE⁴² elucidaram, após a análise de entrevistas realizadas com depoentes baianas. A autora percebe que para essas é através do casamento que “adquirem um território ‘seu’ para gerenciar e um espaço simbólico e de relações sociais concretas para dar sentido às existências, gerando filhos e reproduzindo o grupo social”. Entendem que também é seu dever realizar todas as funções domésticas (ANDRADE, 1994: 13/17).

⁴⁰ MUNIZ, D. C. G., “O Tom do ‘Bom Tom’: os manuais de civilidade e a construção das diferenças”. In: **Caderno Espaço Feminino**. V. 9, n. 10/11 – 2002, pp. 61 a 84 - Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de História. Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDHIS) NEQUEM.

⁴¹ DAVID, E. H. D. & RODRIGUES, J. F. S., “Homossexualidade: O Labirinto de uma Categoria”. In: **Caderno Espaço Feminino**. V. 7, n. 7/8 – 2000, pp. 105 a 146 - Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de História. Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDHIS) NEQUEM. Estas discussões são retomadas pelos autores nos seguintes artigos: “A (Re)construção da Cultura Homossexual na Perspectiva das Revistas Gay” e “Os Caminhos da Homossexualidade: Inserção ou Exclusão?” – publicados em 2001 e 2002 respectivamente. Sobre este assunto temos também:

GÓIS, J. B. “Olhos e ouvidos públicos para atos (quase) privados: A formação de uma percepção pública da homossexualidade como doença”. In: **Caderno Espaço Feminino**. V. 7, n. 7/8 – 2000, pp. 147 a 169 - Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de História. Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDHIS) NEQUEM.

⁴² ANDRADE, E. S. F. *Somando Papéis Sociais: Trajetórias Femininas e Seus Conflitos*. In: **Caderno Espaço Feminino**. V. 1, n. 1, – 1994, pp. 105 a 119 - Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de História. Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDHIS) NEQUEM.

A concepção destas baianas parecem em sintonia com as prerrogativas analisadas por Eni de Mesquita SAMARA⁴³ em relação às mulheres latino-americanas que, segundo a autora, ao longo do tempo é possível perceber a permanência da sua identificação como mães e esposas⁴⁴. A liberação feminina era associada a perda da feminilidade, e acrescenta:

“... a história do feminismo na América Latina é uma história de mudanças e continuidades ao longo do tempo... fica clara a interferência de fatores econômicos e políticos nos movimentos específicos de mulheres em cada país... por que tão poucas Nísias, Berthas e Luíças e tantas ‘Marias’ em nossas memórias e corações?” (SAMARA, 1995: 13/14).

Essa espécie de apatia denunciada por Samara parece ter suas raízes fincadas num terreno bastante compacto, que tem nos próprios veículos de expressão feminina a participação no concreto da impermeabilidade. Essa questão foi analisada por Cristina MENEGUELLO⁴⁵, que concluiu que a imprensa feminina, com seu tom fútil, tende a desligar as mulheres do mundo real e, neste sentido, torna-se “condutora” de padrões ideológicos mais fechados, congelados para cada década, ainda mais generalizantes e excludentes do que aqueles presentes nos veículos direcionados para leitores masculinos.

Estudos sinalizam que o papel da imprensa na “conformação” dos convencionais padrões de conduta da mulher estiveram presentes também nos primeiros periódicos por elas (e para elas) dirigidos. Segundo Maria Fernanda Batista BICALHO⁴⁶, em meados do século XIX o “Jornal das Senhoras” chama as suas leitoras a “... *exercer a função que naturalmente lhe compete na sociedade – a de esposa e mãe*”, sem reivindicar

⁴³ SAMARA, E. M. “*Feminismo e Justiça Social na América Latina*”. In: **Caderno Espaço Feminino**. V. 2, n. 1/2, – 1995, pp. 5 a 14 - Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de História. Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDHIS) NEGUEM.

⁴⁴ Sobre o mesmo assunto, ver também:

RODRIGUES, J. F. S. “*Imagens e retórica: um olhar jornalístico sobre a mulher*”. In: **Caderno Espaço Feminino**. V. 4/5, n. Especial, – 1998, pp. 35 a 80 - Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de História. Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDHIS) NEGUEM. / DEMETERCO, S. M. S., “*A Mulher, a Cozinha e a Arte Culinária*”. In: **Caderno Espaço Feminino**. V. 8, n. 9, – 2001, pp. 69 a 88 - Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de História. Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDHIS) NEGUEM.

⁴⁵ MENEGUELLO, C. “*Mulher e Mídia nos Anos 50: Reflexões Sobre a Documentação*”. In: **Caderno Espaço Feminino**. V. 2, n. 1/2, – 1995, pp. 79 a 88 - Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de História. Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDHIS) NEGUEM.

espaço público “*reservado*” ao homem. Porém, ao fazer valer o seu direito a voz, provoca polêmicas.

As prerrogativas da conduta ideal não se inscrevem apenas no campo ideológico. Perpassam também na preparação dos corpos a partir dos princípios fundadores da educação física, ancorados no positivismo, liberalismo, catolicismo e capitalismo, produzindo e reforçando a hierarquização dos sexos, com o domínio masculino, o que se apresenta tanto no mundo do trabalho quanto na sociedade em geral. São essas as análises feitas por Eustáquia Salvadora de SOUZA⁴⁷, tendo como fonte de pesquisa programas direcionados a esses cursos (educação física). Segundo a autora, “*O jogo... tornava-se mais um instrumento de diferenciação e hierarquização dos sexos. E a competição entre ambos reforçava as diferenças entre atributos de cada sexo e a inferioridade das mulheres em relação aos homens*”. (SOUZA, 1996: 88/95).

Esses modelos de feminilidade e masculinidade enraizados no imaginário social vem justificar vários níveis de violências sofridas pelos marginalizados, sejam eles os “desviantes” dos padrões sexuais ou as mulheres. Eleonora Menicucci de OLIVEIRA⁴⁸, ao analisar a questão do aborto, constata a humilhação sofrida pelas vítimas através dos depoimentos prestados aos policiais. A recusa a uma das suas incondicionais funções (a reprodução) aparece de forma não justificável dentro da cultura cunhada em princípios ideológicos conservadores. Do mesmo jeito, as vítimas de violência sexual se transformam, diante do corpo jurídico, como culpadas por “possibilitar”, através do seu comportamento, a violação da sua necessária virgindade. Martha CAULFIELD resume esta concepção da seguinte forma:

“Para alcançar o status de ofendida num crime de defloração, a pretensa vítima precisava provar que merecia ser protegida, ou seja, que era suficientemente ‘honesta’ e ‘virgem’ para ter sido ofendida naqueles valores” (CAULFIELD, 1995: 21/22).

⁴⁶ BICALHO, M. F. B. “*A imprensa feminina e a campanha sufragista no início da República*”. In: **Caderno Espaço Feminino**. V. 6, n. 6, – 1999 pp. 7 a 19 - Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de História. Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDHIS) NEGUEM.

⁴⁷ SOUZA, E. S. de. “*As relações de Gênero no Ensino da Educação Física*”. In: **Caderno Espaço Feminino**. V. 3, n. 1/2, – 1996, pp. 79 a 96 - Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de História. Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDHIS) NEGUEM.

⁴⁸ OLIVEIRA, E. M. de.; “*Aborto/cidadania – Tecendo a Democracia*”. In: **Caderno Espaço Feminino**. V. 1, n. 1, – 1994, pp. 79 a 89 - Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de História. Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDHIS) NEGUEM.

Percebe-se, então, que a mulher precisa de coragem e determinação para tornarem públicas as violências sofridas. Essas que, segundo Cláudia GUERRA⁴⁹, muitas vezes acontecem dentro da própria casa, praticadas pelo companheiro que sente-se proprietário do seu corpo e de suas ações. Devem estar dispostas a enfrentar deboches tanto dos policiais quanto dos jornalistas, comportamento bastante explícito nas machetes de jornais uberlandenses veiculadas na década de 80 e início de 90 do último século.

Tal procedimento faz com que as violências sexuais sejam silenciadas “*para salvar a família*”, constata Vera Lúcia Puga de SOUZA⁵⁰. Uma mulher vítima deve provar que a violação se deu a partir da sobreposição da força do violador, vencendo todos os recursos possíveis utilizados pela violada para proteger o hímem do seu predador “natural”. De acordo com a autora este comportamento tem a sua historicidade. Nas suas palavras temos:

“Desde que ao homem coube o domínio e a faculdade de decisão de vida e morte sobre a família, a chefia da mesma, a guarda da honra e o sustento de seus dependentes, ele se sentiu a vontade para espancar, matar, estuprar e corromper ‘suas mulheres’” (SOUZA, 1999: 45)⁵¹.

Portanto, a posse sobre a vida da mulher dá ao homem o direito/poder de dela se dispor quando a sua honra (e/ou orgulho) estiver ameaçado, justificando os crimes passionais através do sentimento nela depositado e a quebra do “acordo” firmado entre o companheiro honesto e a esposa de má índole. Discurso que – segundo Andrea BORELLI - promove a construção da absolvição social já que não há perturbação da ordem jurídica e moral, portanto não há crime a ser punido. Esse foi o comportamento

⁴⁹ GUERRA, C., “*Violência e Poder nas Relações de Gênero – As Cenas*”. In: **Caderno Espaço Feminino**. V. 4/5, n. Especial1, – 1998, pp. 5 a 27 - Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de História. Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDHIS) NEGUEM.

⁵⁰ SOUZA, V. L. P. de., “*Moral e Costumes: Violências que Permeiam o Rural e o Urbano – Uberlândia, 1960/1980*”. In: **Caderno Espaço Feminino**. V. 6, n. 6, – 1999, pp. 43 a 48 - Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de História. Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDHIS) NEGUEM.

⁵¹ Esta questão é retomada em:

CASTRO, E. de., SOUZA, V. P. de. & MACHADO, M. C. T., “*A Categoria Gênero; Cotidiano e Cultura: O Diálogo com as Fontes*”. In: **Caderno Espaço Feminino**. V. 7, n. 7/8 – 2000, pp. 65 a 75 - Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de História. Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDHIS) NEGUEM.

predominante perceptível através da análise feita pela autora nos processos crimes instaurados em São Paulo nas décadas de 1920 e 1930⁵².

Em síntese, através de fragmentos colhidos no interior dos artigos da revista *Caderno Espaço Feminino*, podemos perceber a historicidade da construção dos modelos “do” feminino e “do” masculino, o que vem justificar uma série de responsabilidades e interdições impostas especialmente às mulheres, enquadrando sensibilidades diversas e inibindo a expressão das subjetividades consideradas desviantes. Ao mesmo tempo, a propagação e interiorização dessas ideologias vem construir as bases de sustentação das violências que, justificadas nas malhas da cultura conservadora, são passíveis de absolvição.

Ao lado desses “dispositivos” de construção dos modelos generalizantes, que tentam enquadrar subjetividades diversas, surgem expressões e ações que atuam de forma a abalar padrões convencionais, desorganizando o terreno pretensamente definido ao longo da história. Esse “desmontar” e reconstruir sujeitos femininos e masculinos vem nortear as discussões do próximo capítulo.

⁵² BORELLI, A; “*Matei Por Amor! Representações do Feminino e do Masculino nos Crimes Passionais: São Paulo – Anos 20 e 30*”. ”. In: **Caderno Espaço Feminino**. V. 4/5, n. Especial1, – 1998, pp. 29 a 34 - Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de História. Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDHIS) NEGUEM. Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de História. Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDHIS) NEGUEM.

CAPITULO III:

ABALANDO PADRÕES SEXISTAS:

Descortinando Outras Sensibilidades.

Após apontar uma série mecanismos de construção e afirmação de padrões de comportamento, na sua grande maioria fundados na base da sexualidade natural, ou seja biológica, fizemos uma incursão pelos “desníveis” apresentados no terreno pretensamente nivelado com princípios homogeneizantes, por isso excludentes. Buscamos a emergência de novos signos e ações que vêm abalar o frágil concreto no qual foram desenhados “protótipos” do homem e da mulher ocidentais, surgindo das suas “fissuras” indivíduos que não se conformaram no limite das regras sócio-culturais. Análise feita a partir dos debates propostos nas coletâneas organizadas por um grupo de acadêmicos(as) e disponibilizados pelo Núcleo de estudos de Gênero e Pesquisa Sobre a Mulher (NEGUEM), ligado ao Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDHIS) – Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais.

Iniciamos as nossas incursões pelos modelos de feminilidades e masculinidades, entendendo que estes são (re)elaborados ao longo da História, e suas raízes na prática da sexualidade. Através desse atrelamento são fundadas concepções várias, tais como a relação entre feminismo e lesbianismo quando o primeiro empreendia seus discursos e atos contra a dominação masculina, postura que provocava o estabelecimento de uma barreira entre os sexos. Concepção amenizada, segundo Tânia Navarro SWAIN⁵³, a partir da introdução da questão de *gênero*, cuja base de análise dos papéis masculinos e femininos direciona-se para o campo social e não da natureza. Desde então, expõe a autora:

“... a identidade não aparece mais com um dado processo, que constrói uma forma e faz sentido no interior de um regime de verdade singular: na visão do múltiplo, os lugares designados ao centro/periferia ou hegemonia/marginalidade são, desta forma, questionados” (SWAIN, 2002: 15).

⁵³ SWAIN, T. N. “Feminismo e Práticas Sexuais: quais os desafios?” In: **Caderno Espaço Feminino**. V. 9, n. 10/11, – 2002, pp. 09 a 34 - Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de História. Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDHIS) NEGUEM.

Sob essa perspectiva, é possível e necessário pensar *gênero* descolado da heterossexualidade, considerando a diversidade da realidade social e, nesse sentido, a multiplicidade de desejos. No atual contexto deve-se questionar padrões normativos, como por exemplo a construção do *gênero* “mulher” ligada à maternidade, o que condiciona a (con) fusão da sua representação social com a biológica. Reproduções essas “encravadas” no imaginário da sociedade, que (re)produz a naturalização das convenções de forma que “... *tudo que ultrapassa as margens é ‘desviante’*” (SWAIN, 2002: 16-18).

Esse repensar dos conceitos e parâmetros de análise requerido pela autora vem possibilitar a inclusão, ou percepção, de vários sujeitos e campos de luta, redefinidos continuamente no interior das relações culturais elaboradas, conforme nos apontam as várias práticas de contestação dos padrões de comportamento homogeneizantes e, portanto, excludentes. Dentre esses agentes sociais, é necessário a sutiliza para perceber as diferentes sensibilidades que povoam um único ser, questão sugerida por Rachel SOIHET ao elaborar uma comparação entre duas personagens que fizeram suas histórias na passagem do século XIX para o XX⁵⁴. A partir desses estudos, entendemos que são esses sujeitos que, nas suas particularidades interiores, promovem embates nos seus campos de atuação, desenhando uma nova – ou a sua - realidade, conforme são encaminhadas as discussões a seguir.

De acordo com alguns artigos estudados, no período compreendido entre as décadas de 1890 e 1930, os jornais trazem duas imagens femininas: uma representada pela mulher submissa e outra pela combativa. A última pode ser “rastreada” a partir da análise de documentos como pedidos de divórcio, requerimentos que sinalizam a recusa à submissão ao papel a elas “destinados”. A libertação da mulher pode ser encontrada também nos discursos dos anarquistas, ao pregarem revolução no cotidiano e no social. Falavam sobre a “*emancipação da mulher, o fim do casamento monogâmico, o direito à maternidade voluntária, o divórcio e o amor livre*”, embora, na prática, prevalecesse o conservadorismo (RAGO, 1994:17/22/23).

Porém, embora comumente silenciadas, mulheres emergem de dentro do próprio movimento operário, demonstrando a sua força de atuação, conforme a anarquista Luce Fabbri (1908 – 1982), cuja biografia foi também tema de estudo da professora

⁵⁴ SOIHET, R., “*Comparando escritos: Júlia Lopes de Almeida e Carmem Dolores*”. In: **Caderno Espaço Feminino**. V. 9, n. 10/11, – 2002, pp. 09 a 34 - Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de História. Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDHIS) NEGUEM.

Margareth RAGO⁵⁵, através do qual percorre a história de uma mulher e sua trajetória de luta pela liberdade, provocando fissuras no solo nivelado pelas ações dos tradicionais heróis, fazendo com que venha a revelar um terreno constituído de partículas removíveis, trazendo a possibilidade de novas vozes serem ouvidas.

Se no século XX Luce Fabbri foi um exemplo de luta a favor da causa anarquista, no século anterior outras mulheres desenharam seu percurso na história, tomando nas suas mãos a responsabilidade de educar os filhos, manter a família, articulando *“formas de sobrevivência em um mundo dominado pelos homens”*, atravessando as brechas esculpidas no seio de uma sociedade patriarcal, na qual passa a gerir seus negócios e “arquitetar” a sua sobrevivência e a dos seus (SAMARA, 1998)⁵⁶.

Percorrendo fontes documentais semelhantes (dados colhidos através do censo) e do mesmo período (século XIX), Rosangea Dias da RESSUREIÇÃO⁵⁷ descortina o véu da face de *“sujeitos ocultos nos documentos dos homens, mas determinadas na capacidade de inventar a sobrevivência”*. Essas que representavam um elevado número de mulheres pobres e geralmente solteiras, responsável pelo sustento da casa e da família. *“Sem proteção masculina, vetadas aos cargos públicos... forjavam por necessidade de sobrevivência outro campo de trabalho...”*, problematizando a concepção de submissão e inferioridade, direcionamento predominante nos estudos enfocando o Brasil colonial (RESSUREIÇÃO, 1999: 72/78).

Da necessidade de sobrevivência talvez se inscreva a luta pelo direito à educação para terem a possibilidade de competir com o homem no mercado de trabalho e o requerimento da igualdade civil e política entre ambos os sexos e valorização enquanto indivíduo, presentes no jornal *“A Mulher”*, veiculado no início da Primeira República, conforme nos apresenta BICALHO (1999).

Além da reivindicação dos direitos à educação e à cidadania de um modo geral, que foram levadas a público na passagem para o século XX, Lilian Maria de LACERDA encontra na revista *“A Mensageira”*, editada por Per ciana Duarte de

⁵⁵ RAGO, M. *“Luce Fabbri e a Utopia Libertária”*. In: **Caderno Espaço Feminino**. V. 3, n. 1/2, – 1996, pp. 51 a 67 - Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de História. Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDHIS) NEGUEM.

⁵⁶ SAMARA, E. M. *“Chefiar Famílias e Trabalhar: trajetória de vida das mulheres brasileiras no século XIX”*. In: **Caderno Espaço Feminino**. V. 4/5, n. Especial, – 1998, pp. 161 a 171 - Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de História. Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDHIS) NEGUEM.

⁵⁷ RESSUREIÇÃO, R. D. *“Mulheres da Vila de São Sebastião: Sujeito Oculto”*. In: **Caderno Espaço Feminino**. V. 6, n. 6, – 1999, pp. 69 a 78 - Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de História. Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDHIS) NEGUEM.

Almeida no século XIX, argumentos em favor da abolição, da Revolução Francesa, e oposições à guerra⁵⁸.

Ao longo dos tempos são incorporados nos meios de comunicação outros discursos, cuja elaboração sustenta-se em novos campos do saber, respondendo a exigência empreendida pela complexidade característica das subjetividades latentes no incessante processo de construção das feminilidades (e também das masculinidades). Acompanhando a atual cobrança do mercado consumidor, Dulcina Tereza Bonati BORGES⁵⁹ encontra em revistas lançadas entre 1970 e 1990, direcionadas ao público feminino, o estímulo ao questionamento dos modelos sexuais existentes, abrindo espaço para as feministas, percebendo no método discursivo a importância de psicologias e psicanálises importantes para o “*processo de subjetivação e de construção de novas identidades*” (BORGES, 1999: 42).

Portanto, percebe-se que, aos poucos, vai sendo abalado o cômodo, ainda que excludente, *pódium* dos tradicionais condutores dos processos de mudança. Nesse contexto, Maria Lifchitz Moreira LEITE⁶⁰ desorganiza os armários da década de vinte e deixa/faz falar mais uma importante agente de mudanças (Maria Lacerda Moura), que já naquele tempo lança questões acerca da história da mulher, seja relacionada ao trabalho, crimes, prostituição, condição civil, etc, que foram silenciadas até o despertar de meados da década de 70 do século XX.

Para algumas, portanto, há muito se fazia necessário questionar determinada forma de organização sócio-cultural, ainda que tenha ficado apenas no discurso, como ocorreu com os princípios divulgados pelos anarquistas, esses que ousaram dizer e não a praticar. Porém, o eco se fez ouvir ao longo das décadas seguintes, questão perceptível através de reivindicações costuradas para a composição da bandeira de luta que aparece em forma de manifestação de mulheres como OLIVEIRA (1994), que faz exprimir seus

⁵⁸ LACERDA, L. M. de., “*A Escrita de Voz Feminina*”. In: **Caderno Espaço Feminino**. V. 7, n. 7/8 – 2000, pp. 9 a 29 - Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de História. Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDHIS) NEGUEM. Outros estudos dão conta de que nos momentos finais do século XIX e início do XX, escritores falavam do direito e das potencialidades da mulher e denunciavam a opressão, tanto quanto lhes era possível produzir naquele contexto. Ver:

SCHMIDT, B. B. & LEAL, E., “*PAZ DE DEUX: Um socialista. E uma Feminista no Rio Grande do Sul – Textos Escolhidos*”. In: **Caderno Espaço Feminino**. V. 7, n. 7/8 – 2000, pp. 31 a 48 - Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de História. Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDHIS) NEGUEM.

⁵⁹ BORGES, T. B. D., “*A Sedução da Psicanálise nas Revistas Femininas Cláudia e Nova*”. In: **Caderno Espaço Feminino**. V. 6, n. 6, – 1999 pp. 21 a 42 - Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de História. Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDHIS) NEGUEM.

anseios e angústias de forma bastante sensível nas últimas linhas do seu artigo publicado pelo *Caderno Espaço Feminino*, ao analisar a carga cultural envolta às incumbências ditadas às mães (reprodutoras assexuadas)⁶¹. Escreve a autora:

“É necessário que se descole a sexualidade da reprodução... sexualidade diz respeito a desejo e que vai muito além da reprodução, embora nela esteja embutido o direito à escolha. A sexualidade é o ponto denso que trafega entre a reprodução humana e o prazer das mulheres” (OLIVEIRA, 1994: 82)^{62A}.

Nas sensibilidades debatidas e vivenciadas na última década do século XX, Leila Mezan ALGRANTI⁶² encontra apoio para buscar indícios de luta de mulheres inseridas no contexto sócio-cultural do século XV, utilizando-se da obra e biografia de Christine Pizan para perceber a historicidade de ações femininas que ultrapassam os séculos, requerendo, de acordo com os signos elaborados naquele contexto, a reflexão acerca das representações sobre o gênero e a condição feminina.

Quase cinco séculos depois, ainda é pertinente estabelecer uma análise dos *cinquenta anos de virgindade no Rio de Janeiro*, conforme o fez a historiadora Martha A. S. CAULFIELD. Através desse estudo, podemos perceber a sexualidade como um instrumento estratégico utilizado por algumas mulheres, seja para conseguirem o desejado casamento ou para viver uma relação carnal fora das convenções de uma época (CAUFIELD, 1995: 42). Também o carnaval foi utilizado como uma possibilidade, apesar do estigma que carregava, para a manifestação e vivência dos desejos de mulheres de várias camadas sociais, que nas demais épocas do ano, permanecem na interdição. Segundo SOIHET:

“... nos festejos carnavalescos... assumem as mulheres dos demais segmentos uma atitude mais audaciosa, quanto ao seu anseio de

⁶⁰ LEITE, M. L. M. “*Maria Lacerda de Moura e Década de Vinte*”. ”. In: **Caderno Espaço Feminino**. V. 3, n. 1/2, – 1996, pp. 69 a 77 - Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de História. Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDHIS) NEGUEM.

⁶¹ De forma bastante aproximada desta linha de pensamento, encontramos as análises de Irina Rezende ao elaborar uma crítica do discurso médico em relação aleitamento materno. Ver:

REZENDE, I. M. A A de., “*Aleitamento Materno: Um estudo de Representação Social*”. In: **Caderno Espaço Feminino**. V. 4/5, n. Especial, – 1998, pp. 211 a 230 - Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de História. Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDHIS) NEGUEM.

^{62A} OLIVEIRA, E. M. de.; “*Aborto/cidadania – Tecendo a Democracia*”. ”. In: **Caderno Espaço Feminino**. V. 1, n. 1, – 1994, pp. 79 a 89.

⁶² ALGRANTI, L. M. “*Christine Pizan e o Livro das Três virtudes: Reflexões sobre a educação feminina*”. In: **Caderno Espaço Feminino**. V. 3, n. 1/2, – 1996, pp. 7 a 24 - Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de História. Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDHIS) NEGUEM.

prazer, aprofunda-se o rigor das críticas e ameaças, revelando o desespero daqueles que percebiam o declínio de suas concepções, até então, dominantes” (SOIHET, 1995: 66).

Nessa mesma perspectiva de análise, encontramos estudos - como o de Márcia Maria da Silva Barreiras LEITE -, constatando que a evolução histórica do carnaval (e de outros festejos) marca transformações dos costumes, perceptível na documentação datada entre 1890 e 1930 no Estado da Bahia. Registros da época apontam indícios de que a mulher passava a demarcar seu lugar físico da rua e “*redefinia-se, então, uma série de condutas e padrões sexuais*”⁶³.

A contestação desses padrões foram analisados por Raquel Bombozzi SILVEIRA através de Frida Khalo (vida e obra), cujo comportamento deixava transparecer a oscilação entre a feminilidade conveniente para a época e, em outros momentos da sua vida, a recusa a estes estereótipos, quando a sua postura aproximava-se dos modelos atribuídos à imagem masculina, provocando uma desorganização das regras convencionais⁶⁴.

A necessidade de entender sensibilidades várias e povoando um mesmo sujeito já fora notada por Margareth RAGO a partir de documentos na passagem do século XIX e início do XX, entendendo que, ao falar de classe operária deve-se abrir para as feminilidades e masculinidades presentes e em construção nos discursos e padrões estabelecidos por padrões, líderes de movimentos, etc (RAGO, 1994: 24).

Assim como os feminismos ganham novas dimensões, as masculinidades parecem se libertar dos tradicionais padrões que são atribuídos à hombridade, o que pode ser verificado mesmo dentro de um grupo considerado “macho” por excelência, como garimpeiros no interior de Minas Gerais, estudados por Sônia Missagia MATTOS⁶⁵. Dentre as características marcadamente masculinas, a autora percebe sensibilidades que comumente não lhes convém, considerando o padrão ideal construído para (e por) eles.

⁶³ LEITE. M. M. S. B., “*Em Tempo de Festa: O Carnaval das Mulheres na Bahia Republicana*”. In: **Caderno Espaço Feminino**. V. 6, n. 6, – 1999 pp. 59 a 68 - Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de História. Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDHIS) NEGUEM.

⁶⁴ SILVEIRA, R. B. “*Frida Khalo e o Feminino: História e Psicanálise*”. In: **Caderno Espaço Feminino**. V. 8, n. 9, – 2001, pp. 17 a 26 - Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de História. Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDHIS) NEGUEM.

⁶⁵ MATTOS, S. M., “*Masculinidades entre os catadores de pedras preciosas*”. In: **Caderno Espaço Feminino**. V. 9, n. 10/11, – 2002, pp. 147 a 181 - Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de História. Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDHIS) NEGUEM.

Essa “dilatação” dos tradicionais modelos e, ao mesmo tempo, dos papéis atribuídos a homens e mulheres são condicionados por fatores como o desenvolvimento de métodos anticoncepcionais que permitem uma maior liberação das últimas em relação à sua função procriadora, possibilitando às mesmas livrarem-se das amarras morais de contenção da sua sexualidade, podendo, a partir de então, estabelecer um rompimento do par sensualidade/sentimentos, atributos caracteristicamente femininos, portanto desqualificados⁶⁶.

Na década de 60 e até meados de 70 no século XX, porém, mulheres inseridas em padrões rígidos de moralidade, faziam nesses importantes degraus na escalada em direção aos seus objetivos, utilizando-se das denúncias de sedução para assegurar que um homem venha prover seu sustento, aproveitando o atrelamento da honra à virgindade e, portanto, a lógica condenação dos réus à “*reparação do mal feito*”, e assim a “vítima” efetua o resgate da sua condição de mulher honrada, podendo provar a sua virgindade moral. O desfecho final desta trama poderá seguir por duas alternativas igualmente valiosas para as deladoras: através do casamento, adquirem um certificado de honestidade (certidão de casamento); ou através da união informal a sua sobrevivência também está assegurada⁶⁷.

Percebe-se, assim, que mecanismos de coação são invertidos e usados como estratégia para conseguir sobreviver dentro de uma dada cultura da forma mais conveniente possível. As agentes sociais fazem das pedras lançadas ao longo de sua trajetória, terreno firme para ancorar seus ideais, ainda que veículos - como a imprensa feminina trabalhada por MENEGUELLO (1995) - sejam usados para inibir a percepção dos recursos utilizados para enquadramento das mulheres dentro dos padrões convencionais da sociedade. No dia a dia o comportamento não era padronizado, apesar das induções presentes nos referidos veículos de comunicação.

⁶⁶ ALVARENGA, N. M. “*A Mulher e o Amor no Imaginário do Cinema Contemporâneo*”. In: **Caderno Espaço Feminino**. V. 4/5, n. Especial, – 1998, pp. 81 a 85 - Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de História. Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDHIS) NEQUEM.

Neste contexto é pertinente questionar se a mulher, liberta de algumas das tradicionais formas de dominação, e se transforma, aos olhos dos conservadores, uma “imagem” monstruosa, à semelhança daquelas pintas por Gustav Klint, já no século XIX. Ver:

MISSAGIA, S. “*O Monstruoso Feminino Sedutor em Gustav Klint (bases para uma pesquisa)*” In: **Caderno Espaço Feminino**. V. 4/5, n. Especial, – 1998, pp. 81 a 85 - Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de História. Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDHIS) NEQUEM.

⁶⁷ DUARTE, L. C. “*Amigado com fé, casado é*”. In: **Caderno Espaço Feminino**. V. 7, n. 7/8 – 2000, pp. 79 a 103 - Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de História. Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDHIS) NEQUEM.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento desta pesquisa se deu com a superação de uma série de problemas relacionados com o escasso tempo, dividido entre esse e o trabalho diário, o que veio, sem dúvida, a refletir na qualidade do que agora apresentamos, sabendo das várias possibilidades não exploradas, principalmente por sabermos da importância do tema.

Porém, dentro dos limites das nossas possibilidades, percebemos que a revista analisada vem se constituindo em uma importante fonte documental, através da qual é possível elaborar um estudo acerca da historiografia relacionada às questões da mulher, alcançando as suas subjetividades construídas a partir de universos culturais conservadores, mas reelaborados em campos específicos, a partir das práticas cotidianas. Nossa proposição fundamenta-se na disposição dos temas ao longo dos nove anos de circulação, na diversidade das fontes, nos(as) vários(os) autores(as), nos vários recortes cronológicos e diferentes localidades nas quais as pesquisas foram realizadas.

Dos textos escolhidos dentre aqueles que compõe a revista *Caderno Espaço Feminino*, podemos estabelecer uma sequência das discussões presentes ao longo dos anos. No primeiro volume (1994) encontramos discussão acerca da ausência da mulher nos trabalhos referentes a formação da classe operária brasileira, e a crítica às generalizações (conceito de classe) que anulam as diversidades que compõem os estereótipos homem/mulher, através de estudos realizados em documentos datados entre 1890 e 1930 (RAGO, 1994). Generalizações questionadas também na tentativa de enquadramento do conceito de homem e mulher, comumente tratados como corpos que gravitam acima das relações sociais (GUERRA, 1994). Temos espaços institucionais nos anos 70 e 80 do século XX que cuidam da construção e preservação dos “papéis” da mulher diante da sociedade e o controle da sexualidade (SOUZA, 1994). Dentre esses papéis está a questão da maternidade incondicional, para a qual o sexo deve ser “utilizado”, e da violência sofrida por aquelas que reivindicam o aborto (OLIVEIRA, 1994). Além da maternidade, importante para a reprodução do grupo social, mulheres assumem o casamento como uma maneira de adquirirem seu espaço, dar sentido a sua existência, e assumir o dever de assumir todas as tarefas domésticas (ANDRADE, 1994).

No segundo volume (1995) a questão da submissão é retomada, agora num contexto mais geral, estendendo para a América Latina a permanência de ideais femininos associadas à maternidade e ao marido, sendo poucas que se destacam ao longo da história na luta por mudanças (SAMARA, 1995). Esses princípios ideológicos sustentam-se numa conjuntura mais ampla, considerando teorias relações estabelecidas no período de 1890 a 1940, quando são acionados dispositivos tais como os fundamentos positivistas, “materializados” no judiciário, assumindo a responsabilidade sobre a honra feminina, cuja preservação é condição para a manutenção do corpo social (CAULFIELD, 1995).

No entanto, em épocas específicas, as mulheres encontram brechas através das quais podem dar vazão aos seus desejos, abalando os princípios dominantes, perceptível nas análises realizadas por Raquel SOIHET (1995) acerca do carnaval no Rio de Janeiro entre 1890 e 1945. Se no início do século as mulheres faziam a possibilidade de “fuga”, ainda que temporária, dos “moldes” estabelecidos, escapam também da tentativa de padronização e alienação presentes nos veículos de comunicação a elas e por elas direcionados, conforme assinalou MENEGUELLO (1995). Percebe-se, então, que a pretensão de falar por *elas* e sobre *elas* choca com as várias sensibilidades que compõe as feminilidades. Nesse sentido, Eliana Faria de Angelice BIFFI entende a necessidade de ouvir os anseios e angústias das agentes sociais, no caso específico das suas análises, aqueles(as) que vivenciam a experiência da menopausa, sob pena de silenciar os sentimentos e afirmar incoerências construídas no terreno escorregadio das generalizações.

Aparentemente descolado do debate historiográfico, más, sem dúvida, questão recorrente aos estudiosos do tema, encontramos nesta coletânea um artigo assinado por Lúcia Helena de Paula MENEZES⁶⁸, que trabalha a questão da construção da sexualidade atrelada a relação estabelecida com os pais, análise sustentada nos fundamentos da psicologia.

No terceiro volume ALGRANTI (1996) estão presentes análise de princípios elaborados e publicados por uma escritora do século XV, reflexões acerca do papel da mulher naquele período, sinalizando questionamentos acerca da questão de *gênero* e da condição feminina. Texto que traz nas entrelinhas a historicidade dos anseios de

⁶⁸ MENEZES, L. H. P. “*Adolescência: Sexualidade Presente*”. In: **Caderno Espaço Feminino**. V. 2, n. 1/2, – 1995, pp. 71 a 77 - Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de História. Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDHIS) NEGUEM.

mulheres ao longo dos tempos, tema que norteou as pesquisas de Maria Izilda MATOS (1996) na elaboração de uma reflexão acerca do percurso da história da mulher na historiografia geral e nacional, acompanhando os seus diversos direcionamentos, a reelaboração dos significados e enfoques de luta. Um percurso que se dá com o enfrentamento e transposição de barreiras erigidas em forma de fundamentos hierárquicos e de dominação sexista, difundidos por currículos escolares, como o de educação física, por exemplo (SOUZA, 1996).

Os questionamentos a essas delimitações de fronteiras entre dominantes/dominados, dirigentes/excluídos, homem/mulher, sexo/gênero, etc, vem requerer um cuidado maior na elaboração e escolha dos livros didáticos, conforme análise realizada por Maria Rúbia Alves Marques VERÍSSIMO⁶⁹, os quais apresentam uma tendência em desamarar os papéis sociais de homens e mulheres, além de atentar para a discriminação e o racismo. O que não significa que estejam depurados das ideologias que perpassam um determinado projeto político. Ao lado dessas discussões, RAGO (1996) busca nas representações anotadas acerca de uma militante anarquista, a história uma mulher que foi sinônimo de luta, cujos vestígios podem ser rastreados ao longo de quase todo o século XX.

Conforme uma série de novos elementos vão sendo descortinados no palco da história, não parece mais ser passível silenciar as angústias cotidianas, interditar as interrogações que delas emergem e tapar olhos e ouvidos da sociedade em geral, dada a velocidade com que as informações circulam nos diferentes veículos, não restando outra alternativa se não repensar os manuais didáticos-pedagógicos, sob pena de se tornarem peças empoeiradas nas prateleiras da história.

O quarto e o quinto volumes foram editados em uma única coletânea no ano de 1998. Os primeiros artigos tiveram como fontes de pesquisa textos jornalísticos: GUERRA (1988) analisa os discursos utilizados na divulgação de crimes contra a mulher, presentes em jornais em circulação na cidade de Uberlândia na década de 80 e início de 90 do século XX. Em publicações datadas entre 1910 e 1940, análises de RODRIGUES (1998) encontra a mulher nos limites que compete a esposa e reprodutora. Ainda sobre violência temos a análise de processos crimes em São Paulo nas décadas de 20 e 30 do século anterior, realizadas por BORELLI (2008).

⁶⁹ VERÍSSIMO, M. R. A M.; “*Imagens Femininas e Masculinas no Livro Didático: Subsídios para um Debate Teórico-Metodológico*” In: **Caderno Espaço Feminino**. V. 3, n. 1/2, – 1996, pp. 97 a 116 -

ALVARENGA (1998) apresenta uma nova mulher, liberada sexualmente graças aos métodos anticoncepcionais, identificada em tramas cinematográficas lançadas entre 1986 e 1991. Ao lado dessa, ou seja, no texto seguinte, Sônia MISSAGIA (1998) coloca em cena a mulher monstruosa, presente nas obras de arte do pintor Gustav Klint (século XIX).

No período colonial PRIORE (1998) vai de encontro a uma mulher inferiorizada diante do homem, uma vez que a sua saúde física e mental é regulada pelo útero. BORGES (1998) busca na literatura (Machado de Assis) do século XIX os “modelos” de mulher (amiga, econômica, prendada, do lar...) presentes nas obras. No mesmo século (XIX) SAMARA (1998) encontra, a partir de dados estatísticos, a presença de mulheres ocupando responsabilidades delegadas ao homem, assumindo o domínio público e o privado, trabalhando fora e cuidando do lar. Ao final deste período (1890 – 1940), Maria Izilda Santos de MATOS (1998) recupera das companhas contra o alcoolismo o lugar da mulher para a estabilidade familiar, sendo o rompimento com as suas obrigações o motivo do descontrole emocional e conseqüente vício do marido, que poderá ser resgatado com os gestos “nobres” das mesmas. O homossexual, outra “categoria” social discriminada, é trabalhado por GOMES (1998), sob a luz do candomblé, através de obras literárias de Jorge Amado. Do discurso médico sobre a amamentação REZENDE (1998) trabalhou a imposição de saberes a partir do silenciamento das mães. ALVES (1998) falou da construção da masculinidade e da feminilidade (como opostos) através dos movimentos sociais e feministas ao longo da história do Brasil.

No sexto volume, BICALHO (1999) expôs sua análise do perfil dos discursos apresentados em periódicos (“*Jornal das Senhoras*” e “*A Mulher*”) dirigidos às (e por) mulheres no final do século XIX e início do XX, durante a Primeira República. Ainda sobre os discursos da imprensa feminina, BORGES (1999) busca nas revistas *Cláudia* e *Nova* os recursos da psicanálise na construção de saber e poder sobre a nova feminilidade. MENESES (1999) analisa poesias de Baudelaire – século XIX – percebendo nelas denúncias da segregação das minorias, dentre as quais estão as mulheres. Na Bahia da Primeira República LEITE (1999) aponta as transformações dos costumes a partir do carnaval. RESSURREIÇÃO (1999) trabalha o número significativo de mulheres na gestão do lar e da família no século XIX, a partir de dados estatísticos.

SOUZA (1999) fala da violência sexual - apreendida a partir de processos crime – cometidas no meio rural da região de Uberlândia, ancoradas na moral e costumes presentes na cultura daquela sociedade, entre as décadas de 1960 e 1990.

O sétimo volume trás, através de LACERDA (2000), posicionamentos em defesa de direitos da mulher, destacando a presença de reivindicações veiculadas no século XIX em uma revista dirigida por uma delas. SCHMIDT & LEAL (2000) buscam em obras literárias de um socialista e uma anarquista também do século XIX, defesa dos direitos e potencialidades da mulher e denúncias contra a opressão. FORNAZARI (2000) encontram em publicações de meados do século XX, críticas em relação à perda dos padrões de masculinidade e feminilidade. DUARTE (2000) verifica, através da análise de crimes de sedução entre 1960 e 1974, que as denúncias eram comumente usadas pelas vítimas como uma possibilidade de garantirem a sobrevivência e “lavar” a honra. DAVID & RODRIGUES (2000) trabalham a discriminação do homossexualismo a partir da análise da mídia após a década de 60 do século XX. Ainda sobre o preconceito em relação à homossexualidade temos GÓIS (2000), analisando movimentos empreendidos nos Estados Unidos após 1969. CASTRO, SOUZA & MACHADO (2000) fazem uma análise das fontes documentais acerca de Gênero, Cotidiano e Cultura.

No oitavo volume a questão do controle sobre os padrões de comportamento da mulher no século XIX é retomado por CARNEIRO (2001), utilizando-se da literatura como fonte de análise. SILVEIRA (2001) estuda vida e obra de Frida Kahlo, encontrando nelas suas múltiplas personalidades. Kênia Maria de Almeida PEREIRA (2001), através de biografias de poetisas, faz uma análise da sensibilidade feminina, vivendo intensamente o amor de forma a justificar a morte ao perder o companheiro⁷⁰. MELO & FILHO (2001) encontra nos princípios do catolicismo e do positivismo difundidos no início do século XX, ideologias que vem firmar a atribuição de comportamentos diferenciados para o homem e a mulher. DAVID & RODRIGUES (2001) retomam a discussão do preconceito em relação ao homossexualismo a partir de revistas direcionadas ao público gay⁷¹. DEMETERCO (2001) fala da preservação do

⁷⁰ PEREIRA, K. M. A., “*Mulheres Suicidas: a poesia se atira do oitavo andar*”. In: **Caderno Espaço Feminino**. V. 8, n. 9, – 2001, pp. 27 a 37 - Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de História. Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDHIS) NEGUEM.

⁷¹ DAVID, E. H. D. & RODRIGUES, J. F. S., “*A (Re)construção da Cultura Homossexual na Perspectiva das Revistas Gay*”. In: **Caderno Espaço Feminino**. V. 8, n. 9, – 2001, pp. 53 a 68 - Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de História. Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDHIS) NEGUEM.

ideário feminino centrado nos tradicionais *papéis* sociais, na primeira metade do século XX, presentes nos manuais de economia doméstica. TEIXEIRA (2001) busca nos brinquedos estímulos para a especificação das funções próprias de mulheres e homens.

No último volume, SWAIN (2002) faz uma análise acerca do feminismo e das práticas sexuais, as amarras que colocam as duas enquanto sinônimas. DAVID & RODRIGUES⁷² (2002) retomam a questão da exclusão social dos homossexuais, agora acrescentando os lugares freqüentados por GLS na cidade de Uberlândia. MUNIZ (2002) discute a afirmação dos papéis sexuais no século XIX através de manuais de civilidade da época. SOIHET (2002) compara obras de duas escritoras na passagem do século XIX para o XX, atenta ao conservadorismo e às permanências presentes nos seus escritos em relação à condição da mulher. STRACK & BORGES analisam a representação da maternidade presentes em obras das duas últimas décadas do século XX, realizadas por artistas de Uberlândia⁷³. MATTOS (2002) estuda a existência de várias masculinidades através do comportamento de garimpeiros no interior de Minas Gerais.

A partir desses trabalhos, percebemos que não é possível efetivar um enquadramento das vivências e desejos de mulheres e também de homens dentro de “formas” rígidas apanhadas no campo das generalizações. Analisando comportamentos de pessoas inseridas no contexto sócio-cultural da região de Uberlândia e/ou de outras localidades, seja através da incursão em tempos passados e/ou mais recentes, a revista *Caderno Espaço Feminino* vem representar uma abertura para novas discussões e – dessa forma – de novos e importantes sujeitos, silenciados nos tradicionais registros historiográficos.

⁷² DAVID, E. H. D. & RODRIGUES, J. F. S., “*Os caminhos da homossexualidade: Inserção ou Exclusão*”. In: **Caderno Espaço Feminino**. V. 9, n. 10/11, – 2002, pp. 35 a 59 - Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de História. Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDHIS) NEGUEM.

⁷³ STRACK, M. G. R., & BORGES, D. T. B., “*O Ôco do Ventre: a Representação da Maternidade nas Artes Plásticas em Uberlândia*”. In: **Caderno Espaço Feminino**. V. 9, n. 10/11, – 2002, pp. 109 a 145 - Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de História. Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDHIS) NEGUEM. Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de História. Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDHIS) NEGUEM.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FLAX, J. “*Pós-modernismo e Relações de Gênero da Teoria Feminista*”. In: **Pós-modernismo e Política**. Rio de Janeiro: Rocco, 1991, pp. 217-250.
- FOUCAULT, M.; **História da sexualidade 1: a vontade de saber**. Tradução de Maria Tereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988, 152p. 10ª edição.
- HARRAWAY, D.; “*Manifesto for the cyborgs: science and technology and socialist feminism in the 1980's*”. in: HARLAO, B.; **Resistance literature**. Methuen, 1987, pp. 65-107.
- LAURETIS, T.; “*The technology of gender*”. in: **Technologies of gender**. Indiana University Press, 1987, pp. 1-30.
- LOURO, G. L. “*Nas redes do conceito de gênero*”. In: LOPES M. J., MAYER, D. E. E WALDOW, V. R.; **Gênero e Saúde**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- RAGO, M. **Do Cabaré ao Lar - A utopia da cidade disciplinar – Brasil 1890-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- _____. **As Mulheres na Historiografia Brasileira**. Campinas, UNICAMP, s/d. 15p. mimeo, 18 p.
- ROBERTS, N.; **As Prostitutas na História**. Tradução de Magda Lopes – Rio de Janeiro: Record, 1998, 430p.
- RODRIGUES, J. F. S. & ANDRADE, N. C. “*Os Estudos Sobre Mulheres e Gênero nas Monografias dos Cursos de História da Universidade Federal de Uberlândia (1991-1998)*”. In: **Boletim NEGUEM: Gênero em Pesquisa – Programa de Pós-Graduação em História**. No. 18 – 1º Semestre, ano 10, Uberlândia-MG:UFU, 2002, pp. 30-35.
- ROSSIAUD, J.; **A Prostituição na Idade Média**. Tradução Cláudia Schilleng – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- _ **Caderno Espaço Feminino**. V. 3, n. 1/2, – 1996, pp. 7 a 24 - Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de História. Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDHIS) NEGUEM.
- ALGRANTI, L. M. “*Christine Pizan e o Livro das Três virtudes: Reflexões sobre a educação feminina*”. In: **Caderno Espaço Feminino**. V. 3, n. 1/2, – 1996, pp. 7 a 24.
- ALVARENGA, N. M. “*A Mulher e o Amor no Imaginário do cinema contemporâneo*”. In: **Caderno Espaço Feminino**. V. 4/5, n. Especial, – 1998, pp. 81 a 85.

- ALVES, A. M. S., *Gênero e Política: Mulheres nos Movimentos Sociais e Feministas no Brasil*. In: **Caderno Espaço Feminino**. V. 4/5, n. Especial, – 1998, pp. 231 a 249.
- ANDRADE, E. S. F. *Somando Papéis Sociais: Trajetórias Femininas e Seus Conflitos*. In: **Caderno Espaço Feminino**. V. 1, n. 1, – 1994, pp. 105 a 119.
- BICALHO, M. F. B. “*A imprensa feminina e a campanha sufragista no início da República*”. In: **Caderno Espaço Feminino**. V. 6, n. 6, – 1999 pp. 7 a 19.
- BORELLI, A; “*Matei Por Amor! Representações do Feminino e do Masculino nos Crimes Passionais: São Paulo – Anos 20 e 30*”. ”. In: **Caderno Espaço Feminino**. V. 4/5, n. Especial1, – 1998, pp. 29 a 34.
- BORGES, T. B. D., “*a Sedução da Psicanálise nas Revistas Femininas Cláudia e Nova*”. In: **Caderno Espaço Feminino**. V. 6, n. 6, – 1999, pp. 21 a 42.
- BORGES, V. R. “*A Mulher e o Casamento no Imaginário Social Oitocentista*”. ”. In: **Caderno Espaço Feminino**. V. 4/5, n. Especial, – 1998, pp. 137 a 159.
- CARNEIRO, H. “*O desejo feminino na literatura: Ana Karênina e Emma Bovary*”. In: **Caderno Espaço Feminino**. V. 8, n. 9, – 2001, pp. 7 a 15.
- CASTRO, E. de., SOUZA, V. P. de. & MACHADO, M. C. T., “*A Categoria Gênero; Cotidiano e Cultura: O Diálogo com as Fontes*”. In: **Caderno Espaço Feminino**. V. 7, n. 7/8 – 2000, pp. 65 a 75.
- CAULFIELD, M. A. S. “*50 Anos de Virgindade no Rio de Janeiro: As Políticas de Sexualidade no Discurso Jurídico e Popular (1890 a 1940)*. In: **Caderno Espaço Feminino**. V. 2, n. 1/2, – 1995, pp. 15 a 52.
- DAVID, E. H. D. & RODRIGUES, J. F. S., “*Homossexualidade: O Labirinto de uma Categoria*”. In: **Caderno Espaço Feminino**. V. 7, n. 7/8 – 2000, pp. 105 a 146.
- _____, “*A (Re)construção da Cultura Homossexual na Perspectiva das Revistas Gay*”. In: **Caderno Espaço Feminino**. V. 8, n. 9, – 2001, pp. 53 a 68.
- _____, “*Os caminhos da homossexualidade: Inserção ou Exclusão*”. ”. In: **Caderno Espaço Feminino**. V. 9, n. 10/11, – 2002, pp. 35 a 59.
- DEMETERCO, S. M. S., “*A Mulher, a Cozinha e a Arte Culinária*”. In: **Caderno Espaço Feminino**. V. 8, n. 9, – 2001, pp. 69 a 88.
- DUARTE, L. C. “*Amigado com fê, casado é*”. In: **Caderno Espaço Feminino**. V. 7, n. 7/8 – 2000, pp. 79 a 103.

FORNAZARI, L. R. “*Corpos e Mídia em Questão*”. In: **Caderno Espaço Feminino**. V. 7, n. 7/8 – 2000, pp. 49 a 64.

GÓIS, J. B. “*Olhos e ouvidos públicos para atos (quase) privados: A formação de uma percepção pública da homossexualidade como doença*”. In: **Caderno Espaço Feminino**. V. 7, n. 7/8 – 2000, pp. 147 a 169.

GOMES, A. R. “*A Construção dos perfis masculinos e femininos no Candomblé de ‘Tenda dos Milagres’*”. In: **Caderno Espaço Feminino**. V. 4/5, n. Especial, – 1998, pp. 195 a 210.

GUERRA, C. C.; “*Todo Dia Ela Faz Tudo Sempre Igual?*”. In: **Caderno Espaço Feminino**. V. 1, n. 1, – 1994, pp. 91 a 103.

_____, “*Violência e Poder nas Relações de Gênero – As Cenas*”. In: **Caderno Espaço Feminino**. V. 4/5, n. Especial1, – 1998, pp. 5 a 27.

LACERDA, L. M. de., “*A Escrita de Voz Feminina*”. ”. In: **Caderno Espaço Feminino**. V. 7, n. 7/8 – 2000, pp. 9 a 29.

LEITE. M. M. S. B., “*Em Tempo de Festa: O Carnaval das Mulheres na Bahia Republicana*”. In: **Caderno Espaço Feminino**. V. 6, n. 6, – 1999 pp. 69 a 77.

MATOS, M. I. S. “*História das Mulheres e Gênero: usos e perspectivas*”. In: **Espaço Feminino**. V. 3, n. 1/2, jan./dez. – 1996, pp. 35 a 50.

_____. “*Uma Questão de Gênero: Alcoolismo e Masculinidade*”. In: **Caderno Espaço Feminino**. V. 4/5, n. Especial, – 1998, pp. 173 a 194.

MATTOS, S. M., “*Masculinidades entre os catadores de pedras preciosas*”. In: **Caderno Espaço Feminino**. V. 9, n. 10/11, – 2002, pp. 147 a 181.

MELO, G. F. & FILHO, G. I. “*O Positivismo e sua Influência na constituição dos Modelos Femininos: Algumas Correlações com a Moral Católica nas Primeiras Décadas do Século XX*”. In: **Caderno Espaço Feminino**. V. 8, n. 9, – 2001, pp. 39 a 52.

MENEGUELLO, C. “*Mulher e Mídia nos Anos 50: Reflexões Sobre a Documentação*”. In: **Caderno Espaço Feminino**. V. 2, n. 1/2, – 1995, pp. 79 a 88.

MENEZES, L. H. P. “*Adolescência: Sexualidade Presente*”. In: **Caderno Espaço Feminino**. V. 2, n. 1/2, – 1995, pp. 71 a 77.

MENESES, M., “*As Lésbicas na Poesia de Baudelaire*”. In: **Caderno Espaço Feminino**. V. 6, n. 6, – 1999, pp. 49 a 57.

MISSAGIA, S. “*O Monstruoso Feminino Sedutor em Gustav Klint (bases para uma pesquisa)*” In: **Caderno Espaço Feminino**. V. 4/5, n. Especial, – 1998, pp. 81 a 85.

MUNIZ, D. C. G., “*O Tom do ‘Bom Tom’: os manuais de civilidade e a construção das diferenças*”. In: **Caderno Espaço Feminino**. V. 9, n. 10/11 – 2002, pp. 61 a 84.

OLIVEIRA, E. M. de.; “*Aborto/cidadania – Tecendo a Democracia*”. In: **Caderno Espaço Feminino**. V. 1, n. 1, – 1994, pp. 79 a 89.

PEREIRA, K. M. A., “*Mulheres Suicidas: a poesia se atira do oitavo andar*”. In: **Caderno Espaço Feminino**. V. 8, n. 9, – 2001, pp. 27 a 37.

PRIORE, M. L. M. D. “*Luxúria ou Melancolia: Mau uso do corpo feminino no Brasil Colonial*”. In: **Caderno Espaço Feminino**. V. 4/5, n. Especial, – 1998, pp. 115 a 136.

RAGO, M., “*Relações de Gênero e Classe Operária no Brasil - 1890-1930*”. In: **Caderno Espaço Feminino**. V. 1, n. 1, – 1994, pp. 5 a 24.

_____. “*Luce Fabbi e a Utopia Libertária*”. In: **Caderno Espaço Feminino**. V. 3, n. 1/2, – 1996, pp. 51 a 67.

RESSURREIÇÃO, R. D. “*Mulheres da Vila de São Sebastião: Sujeito Oculto*”. In: **Caderno Espaço Feminino**. V. 6, n. 6, – 1999 pp. 69 a 78.

REZENDE, I. M. A A de., “*Aleitamento Materno: Um estudo de Representação Social*”. In: **Caderno Espaço Feminino**. V. 4/5, n. Especial, – 1998, pp. 211 a 230.

RODRIGUES, J. F. S. “*As Ciências Sociais e a Construção dos Estudos sobre Mulheres: apontamentos para uma abordagem historiográfica*”. In: **Caderno Espaço Feminino**. V. 1, n. 1, – 1994, pp. 25 a 35.

_____. “*Imagens e retórica: um olhar jornalístico sobre a mulher*”. In: **Caderno Espaço Feminino**. V. 4/5, n. Especial, – 1998, pp. 35 a 80

SAMARA. E. M. “*Feminismo e Justiça Social na América Latina*”. In: **Caderno Espaço Feminino**. V. 2, n. 1/2, – 1995, pp. 5 a 14.

_____. “*Chefiar Famílias e Trabalhar: trajetória de vida das mulheres brasileiras no século XIX*”. In: **Caderno Espaço Feminino**. V. 4/5, n. Especial, – 1998, pp. 161 a 171.

SCHMIDT, B. B. & LEAL, E., “*PAZ DE DEUX: Um socialista. E uma Feminista no Rio Grande do Sul – Textos Escolhidos*”. In: **Caderno Espaço Feminino**. V. 7, n. 7/8 – 2000, pp. 31 a 48.

SOIHET, R. “*A Interdição e o Transbordamento do desejo: Mulher e Carnaval no Rio de Janeiro (1890 – 1945)*”. In: **Caderno Espaço Feminino**. V. 2, n. 1/2, – 1995, pp. 53 a 70.

_____. “*Enfoques feministas e a história*”. In: SAMARA, E. M. (etalli) **Gênero em Debate**. São Paulo: Educ, 1997, pp. 55-82.

_____, “*Violência simbólica: saberes masculinos e representações femininas*”. In: **Revistas de Estudos Feministas**. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 1997: pp. 7-29.

SILVEIRA, R. B. “*Frida Khalo e o Feminino: História e Psicanálise*”. In: **Caderno Espaço Feminino**. V. 8, n. 9, – 2001, pp. 17 a 26.

SOUZA, E. S. de. “*As relações de Gênero no Ensino da Educação Física*”. In: **Caderno Espaço Feminino**. V. 3, n. 1/2, – 1996, pp. 79 a 96.

SOUZA, V. L. P., “*Internatos*”. In: **Caderno Espaço Feminino**. V. 1, n. 1, – 1994, pp. 37 a 61.

_____, “*Moral e Costumes: Violências que Permeiam o Rural e o Urbano – Uberlândia, 1960/1980*”. In: **Caderno Espaço Feminino**. V. 6, n. 6, – 1999, pp. 43 a 48.

STRACK, M. G. R., & BORGES, D. T. B., “*O Óco do Ventre: a Representação da Maternidade nas Artes Plásticas em Uberlândia*”. In: **Caderno Espaço Feminino**. V. 9, n. 10/11, – 2002, pp. 109 a 145.

SWAIN, T. N. “*Feminismo e Práticas Sexuais: quais os desafios?*” In: **Caderno Espaço Feminino**. V. 9, n. 10/11, – 2002, pp. 09 a 34.

TEIXEIRA, F. B. “*Trabalhar ou Brincar: Brincar de Trabalhar?*”. In: **Caderno Espaço Feminino**. V. 8, n. 9, – 2001, pp. 107 a 119.

VERÍSSIMO, M. R. A M.; “*Imagens Femininas e Masculinas no Livro Didático: Subsídios para um Debate Teórico-Metodológico*” In: **Caderno Espaço Feminino**. V. 3, n. 1/2, – 1996, pp. 97 a 116.

- Artigos Disponibilizados Pela Internet

ASTURIAS, L. E. “*Construcción de la masculinidad y relaciones de género*”. Guatemala, 1997, 15p. Trabalho apresentado no Foro: **Mujeres en Lucha por la Igualdad de Derechos y la Justicia Social**. Guatemala, em 5 de março de 1997. Disponível em: <http://www.artnet.com.br/~marko/artastirias.htm>. Acesso em: 10 nov. 1999.

HARRAWAY, D. (e outras). **Feminismo e Tempos Pós-Modernos (introdução a O Feminismo como crítica da cultura**. MOTTA, J. Z. B.; **Sexualidade – Bruxas, fadas, virgens e iniciadas**. São Paulo. Disponível em: http://www.cosmo.com.br/redacao_web/sexualidade/sexualidade010407.shtm. Acesso em 02 agos. 2001.

RAGO, M.; **Globalização e Imaginário Sexual, ou Denise está chamando.**
Campinas, S P: Unicamp. Disponível em:
<<http://lite.fae.unicamp.br/grupos/geish/margareth.html>>. Acesso em 09 nov. 2001.

FICHAMENTOS

Roberts (1998)⁷⁴ diz que “*Abraçando todas as atividades essenciais que deram lugar ao mundo humano, as mulheres eram muito naturalmente vistas como a incorporação viva de uma força geradora universal, que os humanos da Idade da Pedra conceituavam sob forma de uma deusa*” (p. 20).

A autora diz ainda que os homens não tinham consciência de sua participação na criação - “*sociedade matriarcal*” – (pp. 20-21).

A 3000 anos aC. Homens nômades começaram a dominar o espaço antes controlado pela deusa mulher e introduz regras e reivindicam o poder sobre os filhos e introduzem o casamento e deuses masculinos e institui-se a “*prostituição sagrada*”, ou seja, a tradição do “*ritual sexual*” (p. 22).

As primeiras prostitutas da historia eram as “*sacerdotizas do templo, que eram ao mesmo tempo mulheres sagradas e prostitutas*”, na Mesopotâmia, quando começa a historia da prostituição, tendo as praticantes um *status* elevado, além de conceder sabedoria ao selvagem, ampliando seus conhecimentos, de acordo com relatos literários (p. 23). Nickie ROBERTS, em seu livro “*As Prostitutas na Historia*”.

“*Quando o equilibrio do poder deslocou-se das mulheres para os homens, a sociedade passou a ser cada vez mais hierárquica, com uma lacuna enorme e sempre crescente entre o “bem nascido” e o “mal nascido”*” (p. 24).

Na Babilônia as sacerdotizas *entu* eram procuradas para o ritual sagrado com o rei para que ele pudesse legitimar seu poder através das bênçãos da deusa. As *naditu* eram bem nascidas e grandes comerciantes e apesar de serem proibidas, casavam e

⁷⁴ ROBERTS, N.; **As Prostitutas na Historia**. Tradução de Magda Lopes – Rio de Janeiro: Record, 1998, 430p.

tinham filhos (p. 25). Estas eram mais elevadas hierarquicamente. Abaixo delas estavam as *qadishtu* e as *ishtaritu*, geralmente cantoras, instrumentistas e ou dançarinas. Havia também as *harimtu*, que trabalhavam tanto nos templos quanto nas ruas, mas sua função ainda era sagrada, recebendo as oferendas oferecidas as deusas, relacionando, assim, sexo e religião (p. 26).

“Como a profissão da prostituta, a divisão das mulheres em esposas e prostituta é tão antiga quanto a história (patriarcal)”. A prostituta que deu o filho só assume o lugar da esposa se esta morrer (p. 27).

“À medida que as instituições religiosas e políticas masculinas foram crescendo, a forma patriarcal de casamento em que o marido literalmente era dono da esposa e dos filhos aprofundou mais ainda o abismo entre as esposas e as prostitutas e o seu trabalho tornaram-se mais opressivas”. (p.27)

“Mas na mesopotâmia e antigo Egito o sexo ainda é considerado, em grande extensão, sagrado, portanto, é preciso inventar uma nova moralidade para transformar mulheres sagradas em párias sociais”. (p.28)

Após 1300_1250 a.C. as autoridades patriarcais e tentam suprimir a religião da Lusa destruindo – a e com propaganda implacável. (p. 28-29)

“Os ritos sexuais extáticos da religião da deusa tornaram-se o” pecado “+ grave suas sacerdotisas, as mais terríveis “ pecadoras”. (p.30)

A história do patriarcalismo sustentou-se na “doutrina que insistia que a sexualidade das mulheres não tolhida nem comparada (pelos homens), como é personificada pela prostituta, era um mal.”(p.30)

“Das cinzas da compassiva prostituta deusa, as sacerdotisas criaram uma Era pecadora e sedutora, cuja curiosidade carnal – ainda hoje nos ensina isso – conduzir ao desastre de toda a humanidade”. (p.30)

CAP 2. ATITUDES CLÁSSICAS: ESPOSAS ESCRAVAS E PROSTITUTAS (P.31-53)

“... a Grécia antiga era uma sociedade patriarcal, baseada em classes”.

Na Suécia observa-se uma “contínua supressão dos direitos das mulheres, que teve início nas primeiras sociedades”. (p. 32)

Em Atenas, a capital grega, os homens tinham uma variedade de opções de prostitutas, além dos meninos adolescentes, mas as mulheres “eram as servidoras, provedoras e trabalhadoras neste grande florescimento da sexualidade humana”. (p.32)

Esposas atenienses não falavam com estranhos, não eram vistas (a maioria delas), saíam raramente para ir a festividades religiosas, teatro e funerais. “... conhecimento intelectual era proibido a esposa, pois esta era a marca de uma prostituta”.(p.34)

As mulheres não tinham poder legal e nem sócio-econômico.(p.34)

Sólon obteve grandes lucros com bordéis oficiais, administrados pelo estado (p.35) onde trabalhavam as deikteriades, que viviam em péssimas condições, e os lucros eram administrados pelo pronobosceion.(p.36)... “Elas eram escravas de sexo” (p.36).Um outro lado do casamento, elas eram “públicas e disponíveis para todos”. (p.36)

Pela primeira vez na história, as mulheres estavam sendo cafetinadas _oficialmente “(p.37)”.

Apesar da legislação, meretrizes independentes exerciam seu comércio, organizado por mulheres. Os homens eram apenas clientes.(p.37)

Havia também os rapazes prostitutos .(p.37) * descrição da roupa parece de travesti atual.

“Para as mulheres, sair da sombra de seus maridos significava serem publicamente identificadas como prostitutas (p.39)”.

E prostitutas das classes mais elevadas tinham vantagens. Conseguiram ter uma vida confortável.(p.40)

Marcavam-se encontros nos jardins de cemitério (p.41)

Aspásia dirigia “um gynaceum _ uma escola em que as aspirantes de hetairae eram educadas e aprendiam seu negócio . Assim como o aperfeiçoamento da arte de fazer amor , as jovens e meninas ...estudavam as artes e as ciências da literatura , e da filosofia da retórica ” (p. 45)

“As atividades lésbicas eram comuns...” (p. 51).

Homossexualismo era presente nas classes superiores homens mais velhos “interessado apenas em aprimorar a educação de seu jovem amante” (p. 52)

Após a morte de Sólon, as leis contra a prostituição foram relaxadas.(p.52)

Cap 3: “O circo romano:O tráfico sexual imperial ”(p.54-77)

“... de modo geral, a prostituição na antiga Roma era uma profissão natural, aceita, sem nenhuma vergonha associada a essas mulheres trabalhadoras”. (p.61)

Foi introduzido em Roma o primeiro sistema de registro estatal das prostitutas de classe baixa, o que resultou na divisão em “Duas categorias: as meretrizes registradas e as

prostibulae (fonte da palavra prostituta) não registradas” (p.62) (de onde o nome não podia ser retirado).

Dentro do bordel “havia estátuas e murais eróticos... até as lamparinas tinham a forma de talos eróticos ou vaginas”.(p. 65)

Haviam bordéis mais luxuosos , com serviços mais caros e os mais simples onde se cobrava menos .(p.66)

“... a razão mais importante para uma mulher bem nascida se tornar cortesã era, evidentemente ser financeiramente autônoma, sem depender de nenhum homem” (p.72).

“Como as hetairae da antiga Grécia, as delicatae romanas dependiam de sua solidariedade profissional pra se protegerem da acrimônia de esposas ciumentas ou negligenciadas . Também como as cortesãs gregas , elas criaram sua própria cultura singular e diversa,

Rossiaud (1991)⁷⁵, recorre ‘as concepções de São Tomás ao dizer que *“O que é vergonhoso é a condição de prostituta, não o que ela ganha”* (p. 12).

As prostitutas eram estigmatizadas por fatores como: *variável grau de culpa,(ou de sacralização) vinculado ao ato sexual, e a condição social também muito relativa da prostituta”* (p. 12).

As prostitutas recebiam formulações administrativas ou jurídicas compreendidos como *“mulher que se dá publicamente, sem escolher, por dinheiro e sem prazer”* (p.12).

Acerca da violência sexual contra as mulheres, Rossiaud entende que *“... nas sociedades ocidentais tradicionais a hierarquia das vítimas femininas não pode ser estabelecida facilmente* (p. 12). *O marido adquiria sobre sua mulher um poder tão coercitivo e praticamente perpétuo quanto o cliente sobre a prostituta, o pai decidia soberanamente sobre o destino da sua filha, como o amo de uma criada – menina que dispõe sobre o seu maritagium”* (p. 13).

Acerca da prostituição, o autor diz que *“... a sociedade é que cria a prostituição ‘a sua imagem, ou que os grupos sociais é que geram formas de prostituição adaptadas ‘as suas necessidades. ... a partir do século XIII, no mundo novo*

⁷⁵ ROSSIAUD, J.; **A Prostituição na Idade Média**. Tradução Cláudia Schilleng – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

e mutante constituído pela cidade, sempre distinguia-se entre as prostitutas públicas e as outras. Prostituições, portanto, não apenas uma, coexistentes e respondendo a “demandas de prostituição” (A Corbin) igualmente diferentes, nas quais os imperativos da natureza, cultura e sociabilidade ordenavam-se de forma desigual”. (p. 13).

Acerca da sociabilidade, Rossiaud entende que nas casas públicas havia alguma sociabilidade, ainda que grosseira (p. 13).

Estudos sobre a prostituição medieval coloca-a como uma *“zona de meretrício ... lugar de acantonamento das impurezas sociais, minúscula zona franca dos amores culpados”*. Isso vem significar *“direito dos machos a sexualidade”* e *“semi-exclusão das mulheres e de seus clientes”* (p. 14).

Trabalhando a estrutura e amplitude da prostituição urbana, o autor afirma que *“tentar compreender a amplitude e o significado social da prostituição é defini-la frente ‘as estruturas demográficas e matrimoniais, ‘as normalidades e desvios sexuais, os valores culturais e ‘as mentalidades coletivas dos grupos sociais que a toleram ou a reprime... permite explorar a vasta zona escura que separa os dois níveis até então privilegiados pelos historiadores da sexualidade: o das ideologias e da moral, o dos comportamentos demográficos”* (p. 19).

“Prostituição não era exclusividade urbana” (p. 20).

“Prostibulum” construídos com dinheiro público (p. 21).

Haviam também as casas de tolerância (banhos públicos) que *“são prostibulos ou servem para dois fins: um honesto e outro desonesto”*, com *“camas imponentes”* (p. 21). *“Os banhos públicos são... os centros de uma prostituição notória e permanente, mas também casas de encontros e lugares de alcovitagem”* (p. 22).

“A violência sexual é uma dimensão normal, permanente na vida urbana. ... muito mais grave nas grandes cidades” (p. 27).

Jovens das cidades muradas buscam afastar o tédio com aventura, briga, perseguem as moças e praticam violações (32).

“honestidade” é associada a condição social (38).

Nos banhos públicos as mulheres eram mais jovens e possuía esconderijo e várias saídas. Eram freqüentados por homens mais velhos que os dos prostibulos e de estat (48).

Mulheres públicas participava dos jogos da festa da padroeira em Nimes (68).

“a prostituta pública é uma “pessoa privada publicamente disponível” (80).

No final do século XIII temos a condenação ao “*pecado contra a natureza o pior dos pecados sexuais*” (85).

Relação entre masturbação e imortalidade (100).

“*François Garin sugere ... que os bordéis e banhos públicos fazem parte do bom funcionamento da ordem social ou familiar, as suas meretrizes satisfazem com a sua lascívia os impulsos da carne, tornam-se possíveis as uniões múltiplas e efêmeras, ao banilizar o amor, evitam perversões sexuais e conflitos com os pais*” (102).

No final do século XV, “*ricamente vestida, residente em ruas honradas, não freqüenta os banhos públicos nem atende em bordel privado, mas recebe galanteadores e visita personagem de alta hierarquia. (...), e nada no seu comportamento a diferencia de uma mulher de boa condição ... longe de ser ‘comum a todos’, mas concubina de alguns, ela perturba os confortáveis esquemas da topologia tradicional*” (121).

A partir de 1475 os casos de travestismos deixam de ser excepcionais em Florença (122).

“*... na cidade, o lugar das mulheres é em casa ou no bordel*” (136).

CAPÍTULO I

A MULHER NO BRASIL, NO TRIANGULO.

CAPÍTULO II

UBERLANDIA: GENERO - MULHER E HOMEM, SEXUALIDADE

BIBLIOGRAFIA

- FLAX, J. “*Pós-modernismo e Relações de Gênero da Teoria Feminista*”. In: **Pós-modernismo e Política**. Rio de Janeiro: Rocco, 1991, pp. 217-250.
- FOUCAULT, M.; **História da sexualidade 1: a vontade de saber**. Tradução de Maria Tereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988, 152p. 10^a edição.

HARRAWAY, D.; *"Manifesto for the cyborgs: science and technology and socialist feminism in the 1980's"*. in: HARLAO, B.; **Resistance literature**. Methuen, 1987, pp. 65-107.

LAURETIS, T.; *"The technology of gender"*. in: **Technologies of gender**. Indiana University Press, 1987, pp. 1-30.

LOURO, G. L. *"Nas redes do conceito de gênero"*. In: LOPES M. J., MAYER, D. E. E WALDOW, V. R.; **Gênero e Saúde**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

ROBERTS, N.; **As Prostitutas na História**. Tradução de Magda Lopes – Rio de Janeiro: Record, 1998, 430p.

ROSSIAUD, J.; **A Prostituição na Idade Média**. Tradução Cláudia Schilleng – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

SOIHET, R.; *"Violência simbólica: saberes masculinos e representações femininas"*. In: **Revistas de Estudos Feministas**. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 1997: pp. 7-29.

Outros:

- *Artigos de Internet*

ASTURIAS, L. E. *"Construcción de la masculinidad y relaciones de género"*. Guatemala, 1997, 15p. Trabalho apresentado no Foro: **Mujeres en Lucha por la Igualdad de Derechos y la Justicia Social**. Guatemala, em 5 de março de 1997. Disponível em: <http://www.artnet.com.br/~marko/artastirias.htm>. Acesso em: 10 nov. 1999.

HARRAWAY, D. (e outras). **Feminismo em Tempos Pós-Modernos (introdução a O Feminismo como crítica da cultura)**. ONDE?????. Disponível em:<?????>. Acesso em??????.

MOTTA, J. Z. B.; **Sexualidade – Bruxas, fadas, virgens e iniciadas**. São Paulo. Disponível em: http://www.cosmo.com.br/redacao_web/sexualidade/sexualidade010407.shtm. Acesso em 02 agos. 2001.

RAGO, M.; **Globalização e Imaginário Sexual, ou Denise está chamando**. Campinas, S P: Unicamp. Disponível em: <http://lite.fae.unicamp.br/grupos/geish/margareth.html>>. Acesso em 09 nov. 2001.